

Lugar por direito



CadernoJU Atividades desenvolvidas por integrantes do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente junto a comunidades ribeirinhas, quilombolas e de periferia, como no Morro da Glória, em Porto Alegre, resultam em aprendizado para estudantes e avanços para lutas sociais

Nessa edição, o JU aborda evento universitário em diferentes editorias



EDUCAÇÃO

Relatos mostram importância do Ciência sem Fronteiras

P8

CIÊNCIA

Estudantes mulheres detêm 58% das bolsas de iniciação científica

P11

MEU LUGAR / PERFIL

Os bastidores e os holofotes que fazem o Salão UFRGS

P15

REFUGIADOS

Acolhida na pós-graduação

A partir de decisão do Conselho Universitário, os programas de pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) e em Comunicação (PPGCOM) da UFRGS possibilitam que estrangeiros em situação de refúgio ou com visto humanitário possam cursar disciplinas na condição de aluno especial. Mesmo que ainda

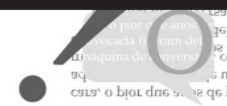
não exista um processo seletivo de acesso aos programas que atenda às especificidades desses indivíduos, André Reis, coordenador do PPGEEI, pondera que o fato de frequentarem as disciplinas dá a eles uma chance de se integrar à Universidade e à comunidade científica, habilitando-os ao ingresso no mestrado ou doutorado. **P7**

ENTREVISTA

Pesquisadora Ellen Lupton discute o conceito de design emocional



P9



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Plural e transformadora

A Universidade é o espaço do encontro. Ideias, opiniões e ideologias são elaboradas e expressas; a riqueza da diversidade anima a reflexão e o debate que constroem novos conhecimentos.

O tema do Salão UFRGS deste ano é Paz no Plural, demonstrando o quanto ensino, pesquisa e extensão estão comprometidos com os novos tempos. Reflete a certeza de que a paz deve ser cultivada em salas de aula, laboratórios e espaços de convívio como um compromisso individual e coletivo da comunidade acadêmica. O Salão UFRGS reúne a atuação da Universidade na construção e preservação da paz a partir de diferentes olhares, como o Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados, as Conversações Afirmativas, o Comitê Contra a Intolerância, os encontros sobre Direitos Humanos, entre outras ações desenvolvidas nesse sentido.

A Universidade também é transformadora, pois converte estudantes em profissionais cidadãos por meio do conhecimento, da crítica e da ação na sociedade; é uma instituição

em que sonhos produzem novas realidades. E os últimos oito anos foram de intensas mudanças. A partir da adesão ao Programa de Expansão das Universidades Federais – o REUNI – e da implantação da política de ações afirmativas, a UFRGS buscou atingir a meta de ampliar e democratizar o acesso à graduação com a inclusão de estudantes de famílias de baixa renda, mantendo sua qualificação acadêmica e melhorando as condições de infraestrutura e de trabalho. E o fez com sucesso, tendo despontado como a melhor instituição de ensino superior brasileira pela avaliação do Índice Geral de Cursos do MEC por três anos consecutivos. O crescimento da pós-graduação e a constante evolução da pesquisa e das ações na sociedade também contribuíram para a política de internacionalização. Parcerias acadêmicas com universidades dos cinco continentes foram reforçadas, expandindo-se as oportunidades para aqueles que buscam colaborações em âmbito mundial.

Chegamos ao final do mandato com a satisfação de ter colaborado para o

crescimento institucional da UFRGS. Contribuímos para a formação de pessoas; sonhos e projetos se tornaram realidade; acolhemos e respeitamos as diferenças. Tornamo-nos mais plurais e tolerantes, o que talvez tenha sido a mais significativa transformação. Expressamos imensa gratidão pela generosidade de todos os gestores, docentes, técnicos administrativos, estudantes e parceiros que contribuíram para a construção dessa nova universidade. A história desses oito anos, de fato, foi escrita por muitos.

A UFRGS segue sua firme caminhada. As dificuldades econômicas e o cenário político trazem desafios complexos. Assim, nesse momento, é essencial que a UFRGS expresse de forma clara seus valores e sua missão social. É a ocasião de reconquistar a unidade; de articular a comunidade para a defesa da universidade pública e gratuita – que inclui e resgata cidadania – de excelência acadêmica e de relevância social, a fim de que, mesmo diante de tempos de crise, possamos construir uma instituição cada vez mais forte.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-reitor

Rui Vicente Oppermann

Chefe de Gabinete

João Roberto Braga de Mello

Secretário de Comunicação Social

Ricardo Schneiders da Silva

Vice-secretária de Comunicação Social

Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial

Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angéla Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor substituto Felipe Ewald

Subeditora Jacira Cabral da Silveira

Repórteres

Everton Cardoso, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico

Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Cademio JU)

Diagramação

Vera Lúcia Giliese

Fotografia

Flávio Dutra (Editor)

Revisão

Antônio Palm Falcetta

Bolsistas (Jornalismo)

Júlia Costa dos Santos, Kayan da Silva Moura e Lucas Mello

Circulação

Cristiane Lipp Heidrich

Fotolitos e impressão

Gráfica da UFRGS

Tiragem

14 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.



paz no plural



12 a 16 setembro
CÂMPUS DO VALE

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO
www.ufrgs.br/salaoufrgs/

Artigo

Um legado sem Fronteiras

Até 2011, quando foi lançado o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), a UFRGS mandava para universidades estrangeiras cerca de 50 estudantes de graduação por ano, centrados em dois ou três países e em alguns cursos. Com a implantação da nova política de incentivo ao intercâmbio acadêmico a partir do CsF, até 2014 a Universidade beneficiou em média mais de 500 estudantes por ano por meio de parcerias com 43 cursos de 514 universidades estrangeiras, incluindo alunos de graduação, doutorado e pós-doutorado. Somos a 7.ª universidade do país que mais recebeu fomento pelo CsF.

O impacto do programa, entretanto, vai bem além do quantitativo. Em nível externo, todos os retornos provenientes dos parceiros estrangeiros indicam que os alunos da UFRGS se mostraram especialmente bem-sucedidos, com raras exceções. Muitas universidades reconheceram a qualidade do ensino e da pesquisa na Universidade graças a essa presença numerosa no exterior. Países como a Austrália, o Canadá, a Suécia, ou ainda do Leste da Europa, que muito pouco haviam recebido alunos brasileiros, passaram a querer trabalhar conosco.

Uma crítica frequentemente ouvida é que seria um interesse apenas comercial de alguns países onde o Ensino Superior é considerado

commodity. Não se pode negar que esse aspecto existe, porém é muito claro que novas frentes para parcerias apareceram motivadas pela excelência da UFRGS, sua formação e sua pesquisa. Prova disso é o movimento interessante de muitos parceiros para nos mandar estudantes e professores visitantes, seja porque nossos alunos despertaram o interesse e a curiosidade de seus colegas lá fora, seja porque pesquisadores no exterior querem agora encontrar seus pares em Porto Alegre após terem conhecido nossos alunos.

Internamente também estamos no início de um movimento de reflexão com base nos retornos dos alunos egressos: todos os questionários de avaliação e os depoimentos fornecidos apontam sugestões de evolução para serem discutidas em nossa universidade. Os relatos apontam aspectos como o volume de aulas em oposição à carga de trabalhos extraclasse, a forma de avaliação, os trabalhos em grupo, a organização dos currículos e a complementação da formação com estágios práticos. O CsF também ressaltou a importância do ensino de idiomas estrangeiros, que passou a ser o objetivo de um programa especial (Idioma sem Fronteiras).

De forma mais ampla, a presença na UFRGS de centenas de alunos, em muitos cursos, com uma experiência de vida no exterior possibilita

também trazer para dentro de nossa realidade local um convívio internacional que acaba beneficiando indiretamente também quem não teve a chance de receber essa bolsa. Em um cenário mundial no qual no máximo 20% dos alunos acabam tendo uma experiência de mobilidade no exterior, poder transmitir parte dessa experiência a quem nunca poderá ter tal oportunidade é uma exigência para todos os egressos.

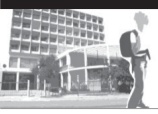
Em números – Através de chamadas públicas lançadas em média duas vezes por ano, o Ciência sem Fronteira, em nível federal, fomentou a ida de 92.880 bolsistas para um conjunto de 22 países de destino entre o fim de 2011 e 2016. Os candidatos foram alunos de graduação (79%), de doutorado (14%) e de pós-doutorado (5%), sendo o restante professores ou recém-doutores estrangeiros que vieram para o Brasil. As últimas chamadas aconteceram no fim de 2014 para mobilidades no exterior, começando no segundo semestre de 2015. Com duração típica de dois semestres, esses períodos de estudos no exterior estão por expirar. Os últimos bolsistas estão voltando ao país, encerrando desta forma concretamente o programa de quatro anos.

Na UFRGS, o CsF contemplou ao longo de sua vigência 2.342 bolsistas – 1.642 alunos

de graduação, 557 doutorandos, 116 pós-doutorandos e 27 professores visitantes. Os alunos de pós-graduação recebiam bolsa após candidatura mediada por seus respectivos programas. No caso da graduação, a Secretaria de Relações Internacionais (RELINTER) intermediou o processo seletivo, preparou e acompanhou os alunos, em diálogo constante com as comissões de cursos de graduação (COMGRADS), que têm competência única para as questões acadêmicas.

O Ciência sem Fronteira alcançou os alunos de graduação de 43 cursos diferentes (mais de metade dos cursos oferecidos na UFRGS), encaminhando-os a 514 universidades para cursos como Engenharia Civil, Medicina, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Química, Design Visual, Farmácia, entre outros tantos. O contingente maior de nossos alunos teve como destino os Estados Unidos (23%), o Reino Unido (23%), a Austrália (11%), a Alemanha (10%) e a França. Instituições como a University of New South Wales (Austrália) ou o Politécnico de Torino (Itália) receberam mais de 30 alunos da UFRGS nesses quatro anos.

Nicolas Maillard
Secretário de Relações Internacionais - RELINTER



Um Salão pela paz



Conhecendo a UFRGS

A importância do estudo de sementes

O uso de plantas é essencial à vida humana: vai desde a alimentação até a produção de energia e roupas. Para o agricultor, portanto, é fundamental a boa qualidade da semente, sem a qual uma safra e, por consequência, o produtor e o consumidor podem ser afetados.

O Laboratório de Análise de Sementes (LAS), da Faculdade de Agronomia da UFRGS, visa, através de testes e pesquisas, qualificar certas sementes, orientando o consumidor para uma melhor escolha. A professora Lúcia Brandão, coordenadora do Laboratório, destaca que a metodologia das análises que a equipe utiliza é regida pelas Regras para Análise de Sementes, um sistema internacional, que servem para padronizar as pesquisas da área.

Mesmo assim, existe uma diferença entre o que se pesquisa no laboratório e sua aplicabilidade no campo. Rodrigo Ramos Lopes, aluno de pós-doutorado em Zootecnia, explica tais variações: “No laboratório, nós damos as condições ideais para a germinação: temperatura, água, umidade. No campo, muitas vezes, não encontramos essas temperaturas ideais, e a germinação se dá de modo diferente”.

Outro fator importante é o controle sanitário. Bruno Gasparetto, mestrando do PPG-Zootecnia, trabalha com fungos. “Em tese de germinação de sementes, temos verificado a presença de fungos. Conhecendo o patógeno, conseguimos isolar e controlar quimicamente para comercializar a semente”.

Também é prática do Laboratório determinar a porcentagem de germinação que costuma ser impressa nas embalagens, o que é fator fundamental para a escolha do consumidor. “Porque quando tu vendes uma semente para um produtor, um agricultor ou uma dona de casa, eles não estão comprando a semente, mas o que vem na embalagem. O pimentão, a melancia, a flor. A semente é a base de tudo. É fundamental”, afirma Lúcia.

Lucas Katsurayama, estudante do 4.º semestre de Jornalismo

Assista ao programa

Conhecendo a UFRGS que vai ao ar no dia 27 de setembro, na UNITV, canal 15 da NET POA, às 18 e às 23h, e também ao vivo pelo site <http://www.univ.tv.br>

GUSTAVO DIEHL/ARQUIVO SECOM - 20/OUT/2015



De um lado do Câmpus do Vale haverá palestras; de outro, oficinas e apresentações artísticas; um pouco distante dali, será possível enxergar secundaristas orgulhosos por poderem apresentar seu trabalho em uma universidade federal. Durante uma semana, essas atividades ocorrerão simultaneamente dentro do Salão UFRGS 2016, que acontecerá entre os dias 12 e 16 de setembro, com o tema *Paz no Plural*.

De acordo com o coordenador da organização do evento, Rui Vicente Oppermann, o tema do Salão reflete o contexto atual brasileiro. “Muitas vezes, o radicalismo faz com que seja impossível ouvir o que o outro está dizendo. Somos diferentes em todos os aspectos. Paz no plural é exatamente isso, há várias ‘pazes’ e queremos proporcionar o diálogo com diferentes pontos de vista”, explica o professor.

Inclusão - Entre os momentos que Oppermann destaca em outras edições, está a de 2014, ano

em que se comemoravam os 80 anos da UFRGS. Naquela ocasião ocorreram a primeira Feira de Inovação Tecnológica (FINOVA), na qual os alunos apresentaram seus trabalhos voltados ao desenvolvimento tecnológico, e o Salão da Escola de Desenvolvimento de Servidores (EDUFRGS), espaço para os técnicos administrativos e docentes produzirem suas pesquisas. “Essa última é importante porque evidencia a preocupação da Universidade com a qualificação de seus servidores”, salienta Oppermann. A chamada da EDUFRGS desta edição é “Nada sobre nós sem nós: movimentos sociais e direitos humanos das pessoas com deficiência”. “Historicamente”, complementa Oppermann, “temos o legado da não preocupação com pessoas deficientes. Recentemente isso virou uma pauta, e a sociedade está olhando para este assunto expande a nossa evolução, e a UFRGS deve olhar para essa questão também.”

Com relação à edição deste

ano, o coordenador destaca a conferência de abertura, que será ministrada pelo especialista em ética Roberto Caldas, que abordará o assunto dos refugiados: “Ele é um uma autoridade jurídica na abordagem dessa temática. Penso ser uma ótima oportunidade de conversarmos com ele sobre esse tópico que vem causando tanta polêmica, principalmente na Europa”, descreve Oppermann.

UFRGS Jovem - Com a coordenação do Prof. José Frantz e de Bruno Cassel, a seção UFRGS Jovem que integra o Salão recebeu 999 projetos inscritos, reunindo estudantes de 93 escolas de educação básica e técnica de todo o estado. “É gratificante ver o empenho da garotada ao apresentar os trabalhos e, acima de tudo, o orgulho deles por estarem na UFRGS”, afirma o vice-reitor.

Neste ano, em função do crescimento na procura, a atividade ocorrerá no restaurante universitário do Vale. A premiação, em cerimônia exclusiva, será reali-

zada durante a manhã do último dia do evento.

Unificação - Desde 2011, todos os salões foram integrados e ocorrem na mesma data. Para Oppermann, o evento evoluiu em função dessa organização, mas ainda é possível melhorar. “Já acrescentamos novos assuntos, mas ainda queremos dar mais ênfase ao salão geral, não segregado entre os salões. Nossa meta é que as atividades específicas se nutram do salão, e não o contrário”, expõe Oppermann e acrescenta: “Eventos dessa magnitude nos ajudam a trabalhar não apenas para a comunidade, mas com ela, tanto do lado de fora quanto aqui dentro”.

Mais informações sobre o Salão UFRGS 2016 podem ser encontradas na página www.ufrgs.br/salaoufrgs.

Kayan Moura, aluno do 5.º semestre da Fabico

Jornal da Universidade

JU é tema de projeto de pesquisa

Com o objetivo de organizar, registrar e analisar sua própria produção, a equipe de colaboradores do Jornal da Universidade iniciou neste mês um projeto de pesquisa que pretende catalogar todos os textos publicados no veículo. O projeto já produziu resultados preliminares e será

apresentado no III Salão Edufrgs, que acontece neste mês. As conclusões mostram o quanto o JU consiste em espaço de construção de imagem da Universidade como instituição voltada para o conhecimento e para o desenvolvimento cultural e científico.

Fotografia

Concurso explora o espaço público

Estão abertas as inscrições para o concurso Pagus de Fotografia sobre a Paisagem dos Espaços Públicos. O projeto, aberto ao público em geral, é uma iniciativa do Laboratório da Paisagem - Pagus/UFRGS, com supervisão do professor Roberto Verдум.

A inscrição é gratuita e pode ser realizada através do e-mail fotografia@gmail.com até o dia 30 de outubro

Informações em www.pagusufrgs.wordpress.com



FLÁVIO DUTRA/ARQUIVO JU - AGO/2012

“Todas as formas de falar têm a sua razão de ser”



Marcos Bagno Para linguista não dominar a variação culta do idioma materno pode ser objeto de preconceito

Antônio Falcetta
Everton Cardoso

Com mais de 40 livros publicados entre literatura, gramática e temas linguísticos, Marcos Bagno é hoje um dos grandes nomes no debate ao redor do uso da língua portuguesa. Desde que, em 1999, lançou a obra *Preconceito linguístico*, tem sido associado à discussão sobre a relação entre o domínio na norma culta, posições de poder e exclusão no contexto brasileiro. Em sua passagem pela UFRGS, o tradutor, escritor e professor da Universidade de Brasília concedeu entrevista exclusiva ao JU e falou sobre seus principais temas de pesquisa e reflexão.

Qual o lugar da língua culta na sociedade?

O que aparece nas gramáticas tradicionais é um modelo de língua altamente idealizado, que se baseia na escrita literária de um número bem restrito de escritores canonizados. Então, não corresponde a nenhum uso real, nem mesmo da literatura contemporânea, nem das pessoas que a gente pode classificar como mais letradas na sociedade. Para começar, aquele quadro tradicional de conjugação verbal é uma coisa que se fazia em Portugal em séculos passados: ninguém aqui usa ‘vós’, por exemplo; usamos ‘você’ e ‘a gente’, mas não aparecem nas tabelas de conjugação. A partir da virada do milênio, linguistas começaram a produzir gramáticas que descrevem de maneira um pouco mais fiel e com base teórica mais consistente o que é realmente a língua culta dos brasileiros. Então, o lugar da língua culta na sociedade

é de conflitos entre essa ideia de uma língua certa – que não corresponde de fato àquilo que nós falamos e escrevemos – e, por outro lado, um grande conjunto de novas regras gramaticais que são, de fato, empregadas pelos brasileiros mais cultos. É claro que a norma padrão tradicional também tem seu lugar na sociedade, e a gente pode apresentá-la na escola para as pessoas conhecerem, porque ela pode ser encontrada em determinados textos, mas não como a única forma correta de falar e de escrever. Precisamos começar a transformar o verdadeiro português brasileiro culto no objeto e no objetivo de ensino na escola.

Como fica o ensino da língua materna?

A educação linguística tem que mostrar toda a riqueza da língua em todas as suas manifestações – cultas, populares, regionais, folclóricas. E isso se faz por meio do contato autêntico com textos falados, escritos, cantados, de literatura consagrada ou popular, letras de música, textos orais... Já deixou de ser um ensino de modelo de língua, e hoje trabalhamos com a noção de letramento, que é o acesso da pessoa à cultura letrada. Além disso, a escola tem que desdobrar dentro da sala de aula todos os gêneros que circulam na sociedade. Não é só ficar na literatura consagrada, nos grandes romances, mas também a pessoa tem de saber como se produz um gráfico, como se lê uma tabela, como se entende uma publicidade, quais são os discursos que estão em jogo ali. E, claro, a partir do momento que você vai lidar com alguns gêneros textuais que exigem um tipo de língua mais elaborado, é preciso mostrar que existe o que a gente pode chamar de uma língua culta, mas que ela não corresponde a um padrão.

Que relação o ensino da língua materna tem com o tipo de educação que se oferece?

Se nós quisermos uma escola democrática, ela tem de lidar com o diverso. Ao mesmo tempo, deve possibilitar que as pessoas dominem algum instrumento comum para todo mundo, ou seja, a língua culta, mas não de maneira impositiva nem taxativa. A

noção que a gente tem de língua culta varia de um lugar para outro, de uma época para outra. Não podemos criar um modelo que é inatingível. Temos que aproximar a escola da vida real e desdobrar a língua real com todas as suas diferenças e multiplicidades. É preciso valorizar isso. O importante é trabalhar com textos autênticos e, a partir deles, mostrar o funcionamento da língua na realidade dos usos. Há lugar em sala de aula para o estudo da língua como estrutura, da gramática, mas como um meio para se fazer a compreensão geral do texto, para se obter o conhecimento de como a língua funciona, e não como um fim em si mesmo.

Como essas questões referentes à língua se relacionam com o preconceito?

No Brasil, especificamente, somos uma sociedade extremamente excludente, resultante de uma colonização em que houve genocídio de milhares de nações indígenas, escravização de quatro milhões de africanos trazidos para cá, uma concentração absurda das riquezas desde sempre, o que se manteve na nossa formação histórica. Isso criou uma série de discriminações sociais: machismo, racismo, sexismo e homofobia, por exemplo. A linguagem entra nesse pacote terrível como mais um instrumento para determinar quem pode falar ou não. A educação sempre foi muito restrita; e o acesso às formas prestigiadas de falar também. A partir do momento em que a pessoa abre a boca e não fala do jeito que se espera, já se acha que ela não pode exercer uma série de funções. Por isso, o preconceito linguístico é mais uma das facetas do preconceito social que é muito arraigado no Brasil. Se você não é homem e branco, está condenado a ter várias portas fechadas quando nasce. A linguagem também vai nessa direção de ser mais um instrumento para discriminar e excluir as pessoas. Por isso, o nosso combate como educadores é no sentido de construir uma sociedade minimamente democrática, de levar adiante os conhecimentos que a gente tem obtido na linguística. Ninguém fala “errado” porque quer: existe variação, mas a

forma de falar é usada como um instrumento de exclusão. É nosso dever, como linguistas e educadores, denunciar essa exclusão e ajudar a combatê-la.

Como isso está presente no cotidiano?

A linguagem é tão impregnada em nossa vida pessoal e coletiva que a gente nem se dá conta de como ela é usada: não existe lei contra o preconceito linguístico. É a única forma de discriminação que junta alegremente o cara mais conservador da direita e o cara mais radical da esquerda. Se eu disser que as pessoas estão falando muito mal hoje em dia, todo mundo concorda com isso. Então, a contribuição que a ciência linguística pode dar é mostrar que o preconceito linguístico não tem razão alguma de ser – como todo preconceito, evidentemente –, e que há bases científicas para mostrar que a língua muda. Todas as formas de falar têm sua razão de ser. Mas a linguagem é usada para hierarquizações sociais. Uma das primeiras gramáticas de português, do João de Barros, diz que “gramática é uma maneira certa de falar segundo o uso e a autoridade dos barões doutos”. Barões são os varões, homens, doutos, aqueles que sabem ler e escrever. Agora você imagina, em 1560, quantos homens sabiam ler e escrever em Portugal? Então, a concepção de língua certa sempre foi extremamente restritiva. E, de novo, excludente. Preconceito linguístico, como qualquer outra forma de preconceito, é pura ideologia, manipulação social; não tem motivo algum para existir.

E se todos falassem do mesmo jeito?

Não tem como. Cada pessoa tem a sua identidade, e a língua que falamos é o que somos também. Nós, seres humanos, queremos interagir com os nossos iguais, mas ao mesmo tempo queremos preservar o que é nosso, particular. Então, falamos a mesma língua, mas ao mesmo tempo cada pessoa fala a sua língua própria. Cada um tem as suas preferências gramaticais: a língua permite que a gente faça escolhas.

Quando o veredito cabe ao povo

Júri popular Tema volta a ser discutido quando RS tem três casos de repercussão

Samantha Klein

Na sequência do depoimento das testemunhas, João* é chamado a falar após pausa da sessão para almoço em um dia de meados de agosto. Pesa sobre ele a acusação de ter tentado matar o irmão gêmeo. Ele senta em uma cadeira diante do juiz e nega qualquer relação intencional com o crime. Estou sentada ao lado do magistrado Felipe Keunecke Oliveira, da 2.ª Vara do Júri de Porto Alegre, que me autorizou a assistir ao rito. De onde estou, posso observar todos os presentes no recinto. Réu e vítima estão no mesmo espaço, além dos jurados e de estudantes de Direito.

O acusado admite que houve um desentendimento no dia da festa de aniversário de ambos no ano de 2010, mas a faca afiada e o garfo que estavam em sua mão direita não eram premeditados para um ataque, mas sim utilizados para cortar os vegetais de uma salada para o churrasco, que deveria ser comemorativo. Por acidente, segundo João, os objetos cortantes quase mataram o irmão, que exibe duas cicatrizes entre o ombro esquerdo e o pescoço. Os dois teriam se esbarrado em uma escadaria do quintal da residência onde era celebrada a festa.

No fundo da sala de audiências, localizada no 6.º andar do Foro Central da capital, o gêmeo Pedro* balança a cabeça em negativa às afirmações do irmão. João ressalta que nunca faria mal a ele, que é seu companheiro favorito em uma família de sete filhos. Diz que o fato o fez crescer e olhar para a necessidade de amar mais ao próximo. A promotora rebate dizendo que a primeira lição diante do caso seria falar a verdade. Por sua vez, os sete jurados acompanham todos os argumentos que os farão definir se João é ou não culpado pelo crime.

O povo decide – Esse tipo de julgamento remete à imagem do enfrentamento entre promotor e advogados a fim de convencer sete jurados, pessoas comuns que se voluntariaram para tal função, diante de crimes contra a vida previstos no Código de Processo Penal brasileiro. O Rio Grande do Sul tem hoje pelo menos três casos de grande repercussão pública que poderão ser decididos por júri popular – apesar dos recursos que deverão prolongar a sentença final. Além do caso da boate Kiss, em Santa Maria, que já teve esse encaminhamento, também há o assassinato do menino Bernardo Boldrini e a morte de sete pessoas em uma clínica de Arroio dos Ratos – que morreram porque

as portas estavam trancadas no momento de um incêndio.

O juiz Ulysses Louzada, que se dedica ao processo relacionado à maior tragédia dentro de uma boate no país, sentenciou que os quatro réus serão submetidos a esse tipo de julgamento. No entendimento do magistrado existem indícios contundentes da culpa deles para que 242 pessoas morressem asfixiadas e outras 636 ficassem feridas.

O júri popular é realizado somente para quatro tipos de delitos, tentados ou consumados. São eles: homicídio, infanticídio, aborto e indução ao suicídio. Esse julgamento tem duas fases. A etapa inicial consiste na denominada instrução do processo, conduzida por um magistrado de primeira instância. “O juiz ouve réus e testemunhas e verifica se existem indícios de que o cidadão cometeu o crime. A possibilidade de legítima defesa é verificada também, mas se não há indício que confirme essa tese, ele vai a júri popular”, ressalta Felipe Keunecke Oliveira.

Assim, o processo criminal segue para ser julgado por sete jurados. Podem alistar-se para participar de julgamentos os cidadãos maiores de 18 anos de “notória idoneidade”, ou seja, sem antecedentes criminais. Nas cidades menores, a comarca da região pode solicitar a autoridades locais, associações e instituições de ensino que indiquem pessoas para exercer a função. Entre 800 e 1,5 mil jurados são selecionados nas comarcas com mais de um milhão de habitantes, de 300 a 700 nas comarcas que têm entre 100 mil e um milhão de pessoas e de 80 a 400 nas demais. Dessa relação são sorteados os participantes de cada júri. “Todos os anos é realizada a renovação do cadastro com o alistamento de

novos jurados. São enviados ofícios a diversas associações de bairro, de classe, instituições de ensino, sindicatos e repartições públicas, requisitando a indicação de pessoas para exercer a função de jurado”, destaca o juiz Maurício Ramires, da 1.ª Vara do Júri da capital.

A grande diferença em relação aos casos norte-americanos, notabilizados no cinema e na literatura, é a Sala Secreta. Após ouvir todas as partes, os jurados não conversam entre si para alcançar um consenso conforme ocorre nos Estados Unidos. Naquele país, se o juiz achar que a excessiva demora em dar o veredito não for razoável, ele pode dissolver o conselho de jurados e marcar um novo julgamento. Com o objetivo de evitar esse tipo de demora, no Brasil, a decisão é tomada pelo maior número de votos. A grande maioria dos processos é decidida em apenas uma sessão, mesmo que ingresse madrugada adentro. Em caso de interrupção, os jurados serão confinados em hotel pago pela Justiça.

Conforme o professor da Faculdade de Direito da UFRGS e promotor de Justiça Mauro Fonseca Andrade, casos como o da boate Kiss causam tamanho impacto na população que dificilmente terão outro desfecho que não seja a condenação dos réus. “Quando trato desse tema com os alunos, comento de forma jocosa que, para se obter um julgamento imparcial, este deveria ser levado para Marte. Em primeiro lugar, um crime precisa ser julgado pela Justiça estadual – não pode ser enviado para outro local. Isso significa que pelo menos parte do júri estará ligada a uma tese. Causa impacto nas pessoas saber não somente a forma angustiante como as vítimas morreram, mas

também a displicência nesse caso. Muito difícil que os réus não sejam condenados.”

“Estamos tratando da dimensão humana. Cada pessoa recebe de uma forma mais ou menos crítica as informações e as repercussões sobre um caso. A escolaridade, o medo da violência e as experiências pessoais vão influenciar na decisão. Claro, se o juiz desconfiar de que todos os jurados possam ter chegado à sessão com tese formada antes de ouvir as partes, esse julgamento pode ser cancelado”, resume o juiz Felipe.

Caso Kiss – Durante a fase de instrução do processo, a defesa tentou retirar o caso do júri popular. Uma das suas linhas de atuação é dizer que não houve o dolo, ou a vontade de matar, tampouco o dolo eventual, quando se assume o risco de matar. “Os advogados tentaram incutir a tese de homicídio culposo por imprudência em razão do uso do artefato que deu início ao incêndio

ou ainda por negligência, já que não havia o revestimento do teto com material anti-inflamável. A estratégia da defesa trabalha com o aspecto de culpa porque, ao fazer isso, não cabe júri popular, e o caso segue para um juiz técnico, praticamente se anulando o efeito midiático”, sustenta o professor Mauro.

Outra estratégia de um dos réus foi a tentativa de trazer o prefeito e um promotor de Santa Maria para o caso. “Quanto ao prefeito, não houve demonstração de dolo e o caso foi arquivado. O promotor Ricardo Losa não tinha atribuição para cuidar de coisas que a defesa estava querendo imputar a eles. Trazendo prefeito e promotor para o processo, o caso seguiria para o Tribunal de Justiça [cujos procedimentos dispensam o júri popular]. Todos os outros réus também responderiam ao Pleno do TJ”, complementa.

*Os nomes foram modificados para preservar os envolvidos.

Números expressivos

O júri popular é muito mais comum do que o número de casos rumorosos. Somente na 2.ª Vara, cerca de 1,5 mil casos aguardam desfecho. Conforme dados da Secretaria Estadual da Segurança Pública, nos seis primeiros meses de 2016, 351 pessoas foram assassinadas em Porto Alegre. Em 2006, a contagem ficou em 283. Mesmo sem estatísticas em mãos, tanto assessores da promotoria do Júri quanto das varas do Júri concordam com um dado: número de mortes disparou em Porto Alegre.

“Cerca de 80% dos casos envolvem a guerra do tráfico. Muitas vezes as pessoas acham que não é tão problemático, mas

não sabem que 40% das vítimas não têm nenhuma relação com as gangues e são vítimas porque moram nas vilas populares de Porto Alegre. Já os que têm envolvimento são pessoas jovens, de 15 a 18 anos”, constata o juiz Felipe Keunecke.

O magistrado conta que nunca irá esquecer um caso relacionado ao uso do crack que ocorreu em uma cidade da Região Metropolitana há cerca de cinco anos. Um homem matou outro depois de descobrir que a vítima usava uma placa de titânio na perna. Isso porque o titânio é um metal caro. “A gente não verbaliza, mas o número de casos dantescos é impressionante.”



No Foro Central de Porto Alegre, jurado acompanha processo enquanto ouve testemunhas de caso criminal ocorrido na cidade



Pensar de forma integrada

Engenharia de Energia Perspectivas sobre um dos cursos mais novos da UFRGS

Criado em 2010, o curso de Engenharia de Energia forma profissionais para uma carreira que está em pleno desenvolvimento. Em julho deste ano, a área ganhou notabilidade ao serem aprovadas, pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), as atribuições do Engenheiro de Energia a partir de proposta elaborada na UFRGS.

O curso no Estado – Paulo Smith Schneider, coordenador do Núcleo Docente Estruturante (grupo atuante na concepção e atualização do projeto pedagógico) do curso, aponta que a criação dessa nova graduação se deve ao amadurecimento da visão e da percepção da importância da energia para a sociedade brasileira. E completa: “Aliado a isso, está a identificação de massa crítica dentro da Escola de Engenharia para propor um curso específico e novo, voltado a problemas de energia”.

A graduação tem como objetivos abordar os problemas de energia e, segundo Paulo, formar profissionais capacitados para trabalhar e resolver problemas de modo amplo e integrado – especialistas que sejam capazes de projetar sistemas de geração e uso de energia.

Com oferta de 30 vagas por ano e tempo de integralização de dez semestres, o curso é composto por quadros de quatro engenharias. O Departamento de Sistema Elétrico de Automação e Energia (DELAE) e o Departamento de Engenharia Mecânica dão as principais contribuições, também havendo a participação das Engenharias Química e de Produção. “A energia é vista como um tema interdisciplinar. A intenção é integrar conhecimentos

e metodologias”, completa Adriane Prisco Petry, professora do Departamento de Engenharia Mecânica.

Integração – A Escola de Engenharia é composta pelas estruturas dos cursos de graduação, dos departamentos, dos programas de pós-graduação e dos laboratórios. Todas elas trabalham de forma integrada, reunindo atividades de ensino, pesquisa e extensão. “No prédio do Departamento de Engenharia Mecânica, por exemplo, há professores que atuam tanto na graduação em Engenharia de Energia como no programa de pós-graduação”, esclarece Paulo.

Atribuições aprovadas – Em resolução aprovada em julho de 2016, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) definiu as atividades e competências profissionais do engenheiro de energia, reconhecendo-as reguladas por essa instituição. De acordo com Paulo, a importância das atribuições é capital, porque, caso contrário, o aluno egresso teria o diploma, mas não poderia exercer a profissão. A professora Adriane completa: “É muito importante para nós, já que os engenheiros recebem um reconhecimento, vão poder se formar e atuar naquela área específica”. A aprovação chegou em boa hora, já que o mercado de trabalho está bastante reduzido e disputado, o que faz com que muitos alunos acabem por se deslocar de área, como explica o docente: “Egressos de outras habilitações, quando não conseguem colocações profissionais na área em que se formaram, se deslocam, por exemplo, para a área financeira”.

Perspectiva discente – Jakeline Tomazi e Diogo Eugênio ingressaram na faculdade de Engenharia de Energia em 2012 e estão entre o sexto e o sétimo semestres. Ambos já tinham um conhecimento prévio sobre o curso: Jakeline teve contato por meio de sua irmã, que já cursava Engenharia de Energia na Universidade Federal de Santa Catarina; já Diogo, inicialmente tinha a vontade de seguir pela área da Engenharia Elétrica, e um colega o alertou sobre a nova graduação que a UFRGS estava oferecendo.



Energias renováveis, como a eólica, produzida por aerogeradores nos campos de Livramento, são uma das possíveis áreas de atuação para os novos engenheiros

Os dois estudantes declaram que a faculdade não os surpreende muito em relação ao aprendizado por já terem um conhecimento prévio do que aprenderiam. Jakeline explica a sua visão: “Quando eu entrei, eu não

sabia que tinha tanto a parte elétrica, mas fica dentro do que eu imaginava. De ver energias renováveis e não renováveis”. Eles são categóricos ao afirmarem que gostam do curso de Engenharia de Energia. Diogo vai

além: “Não consigo me imaginar fazendo outra coisa”.

Lucas Mello, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Coletivos e coleções

Alcateia. Malta. Bando. Chusma. Choldra. Súcia. Pléiade. A ideia de coletivo, nos estudos da linguagem, pressupõe conjunto, grupo, um monte ou mais de um de alguma coisa quantificável. Afora as atividades humanas individuais, muitas de natureza reservada e intransferível, como dormir, telefonar, escrever, ler, ouvir, defecar, no geral somos tribais. Andamos em bando, nos guiamos pela massa – que, aliás, é outra palavra de sentido coletivo. Lembrei de uma pichação nos muros da São Paulo dos anos 80 que gritava “O entumescido das massas”. Até entender o significado

de “entumescer” e conseguir associar o bordão aos movimentos políticos demorou – pichavam-se praticamente só frases revolucionárias, até começarem a entrar os artistas do estêncil com suas imagens, digamos, menos exclamativas, que beiravam o *nonsense*. E também lemos o mundo pela possibilidade das coleções, uma espécie de mania, quase um “TOC” que, em algum momento, atravessa nossas vidas – às vezes para sempre. Há quem coleccione calcinhas, rolhas, mechas de cabelos de pessoas famosas, autógrafos, cordões umbilicais, enfim, há de “um tudo” neste mundo, como brinca a colega de trabalho. Eu, confesso, ainda guardo coleções de lápis, fósforos

(aqueles, creio extintos, que pareciam uma espécie de envelope, usados como estratégia de marketing de hotéis, restaurantes, etc.), selos – mania dos tempos de juventude do meu pai, que nasceu em 1922 –, chaveiros. As coleções também nos inserem numa espécie de comunidade obsessiva. Guardiã de uma cultura que cultua, ao eleger, por exemplo, uma série de lugares como patrimônio da humanidade. Mas de que “humanidade” estamos falando? Há coletivos, ainda, de várias espécies, como arquipélago para ilhas, cacho para bananas, molho para chaves, a bolsa para as commodities, a pontuação para as vírgulas. O coletivo pode ser certa visão ou sentimento de mundo, como os

frutos das doutrinas; pode ser também a razão de partidos, seitas. Pode ser a paisagem para uma montanha. A montanha para um rochedo. A mata para o arvoredo. Um grupo de amigos para o sujeito. Há sempre algo partilhado. Assim, os colecionadores se encontram para incensar suas invejas e obsessões. Enfim, colecionar é uma espécie de confrarismo, não importando o que se coleciona. Produz um sentido de dessolidão, de cumplicidade. Acendo uma vela para que os coletivos, todos, inclusive os lexicais, cometam o desplante de trafegar efetivamente na contramão do individualismo – para o qual, por sinal, não há coletivo.

Acolhida através do ensino

Formação

Programas de pós-graduação recebem alunos em situação de refúgio

Depois de a universidade em que cursava o mestrado em Gestão Financeira fechar por causa dos conflitos na Síria, o economista Maher Zabalawi, 30 anos, fez o que muitos dos que vivem em países com situações instáveis têm feito: deixou sua pátria e veio como refugiado para o Brasil. Há dois anos está em Porto Alegre, dividindo-se entre o ensino de árabe e inglês e o trabalho na área financeira. Depois de muito buscar uma forma de continuar seus estudos, ele foi o primeiro refugiado a cursar, como aluno especial, uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da UFRGS em 2016.

Apesar de ter achado o sistema de ensino brasileiro bastante diferente daquilo com que estava acostumado, Maher ficou satisfeito com seu desempenho: “No começo foi muito difícil me comunicar. Na aula, trabalhamos com palavras técnicas complicadas, mas acabei acompanhando e consegui até um ‘A’ na avaliação final. Havia outros estrangeiros na aula. Trabalhamos

em grupo e fizemos seminários, e acabei me sentindo como qualquer outro estudante”, relata.

Agora, em seu segundo semestre na Universidade, ele pondera que ter entrado como aluno especial ajudou muito na adaptação para no futuro tentar ingressar no mestrado. “Agora sei como o programa é, se vou gostar ou não. Ainda não sei como será a seleção de mestrado, mas sei que é necessário fazer um teste”, conclui.

Princípio – A abertura da Universidade a alunos em situação de refúgio ou com visto humanitário começou a ser estudada há dois anos. De acordo com o coordenador da Secretaria de Relações Internacionais (Relinter), Nicolas Maillard, as primeiras ponderações a respeito deram-se a partir da chegada de um número expressivo de estrangeiros no Brasil e, em especial, em Porto Alegre. “Vimos chegar cidadãos que naturalmente podem querer acessar a universidade, seja porque já tiveram formação e desejam dar sequência a seus estudos, seja porque não têm formação e enxergam ali uma forma de inserção na sociedade brasileira. Há também os que buscam aprender o idioma ou se capacitar para encontrar trabalho”, externa.

Contudo, apesar das discussões sobre as formas de acesso às pessoas em situação de refúgio, a comissão encarregada de analisar o tema esbarrou em diversas dificuldades para esse ingresso. Para Maillard, o ponto mais problemático é a falta de documentação, pois muitos dos

refugiados chegam sem os documentos necessários para fins legais. Ademais, no âmbito acadêmico, a barreira linguística e a falta de processos seletivos que compreendam as especificidades desses alunos são coeficientes que entram a aproximação. Atualmente, para os alunos acessarem a pós-graduação, precisam disputar vagas de acesso universal e provar que conseguem se comunicar em português.

Primeiro – Mesmo com todos esses entraves, o PPGEEI conseguiu ser pioneiro numa gradual abertura. No primeiro semestre deste ano, a fim de atender à demanda de refugiados interessados em se ligar ao programa, foram abertas vagas para ingresso como aluno especial em até duas disciplinas do mestrado e do doutorado. Com o intuito de flexibilizar o acesso, foi criado um edital próprio, baseado na decisão 366/2015 do Conselho Universitário (CONSUN) que regimenta o acesso de pessoas em situação de refúgio. “Para se habilitar às vagas, o candidato precisa portar diploma de curso superior em áreas afins ao nosso programa e postular as disciplinas em que tem interesse. Anexa-se a isso o registro nacional de estrangeiro e o documento que confere o estatuto de refugiado – no fim, acabamos aceitando até o protocolo do estatuto. A partir desses documentos, a comissão se reúne e aprova ou não o ingresso”, aclara o coordenador do programa, André Reis.

Em julho, foram abertas cinco vagas para o semestre corrente, e três delas foram preenchidas por alunos vindos de países da África, América Latina e do Oriente Médio. Para André Reis, essa abertura é, para os refugiados, uma chance de se integrar com as pessoas, a universidade e a comunidade científica: “Ao passo que estão frequentando as disciplinas, vão também se aprimorando e se preparando para o ingresso no mestrado, caso desejarem. Para nós, esse movimento é excelente, pois ganhamos do ponto de vista da internacionalização do programa. Quanto mais pessoas de diferentes lugares do mundo tivermos aqui, mais a nossa universidade será plural e arejada, e mais ideias estarão circulando. Isso é benéfico para todos”.

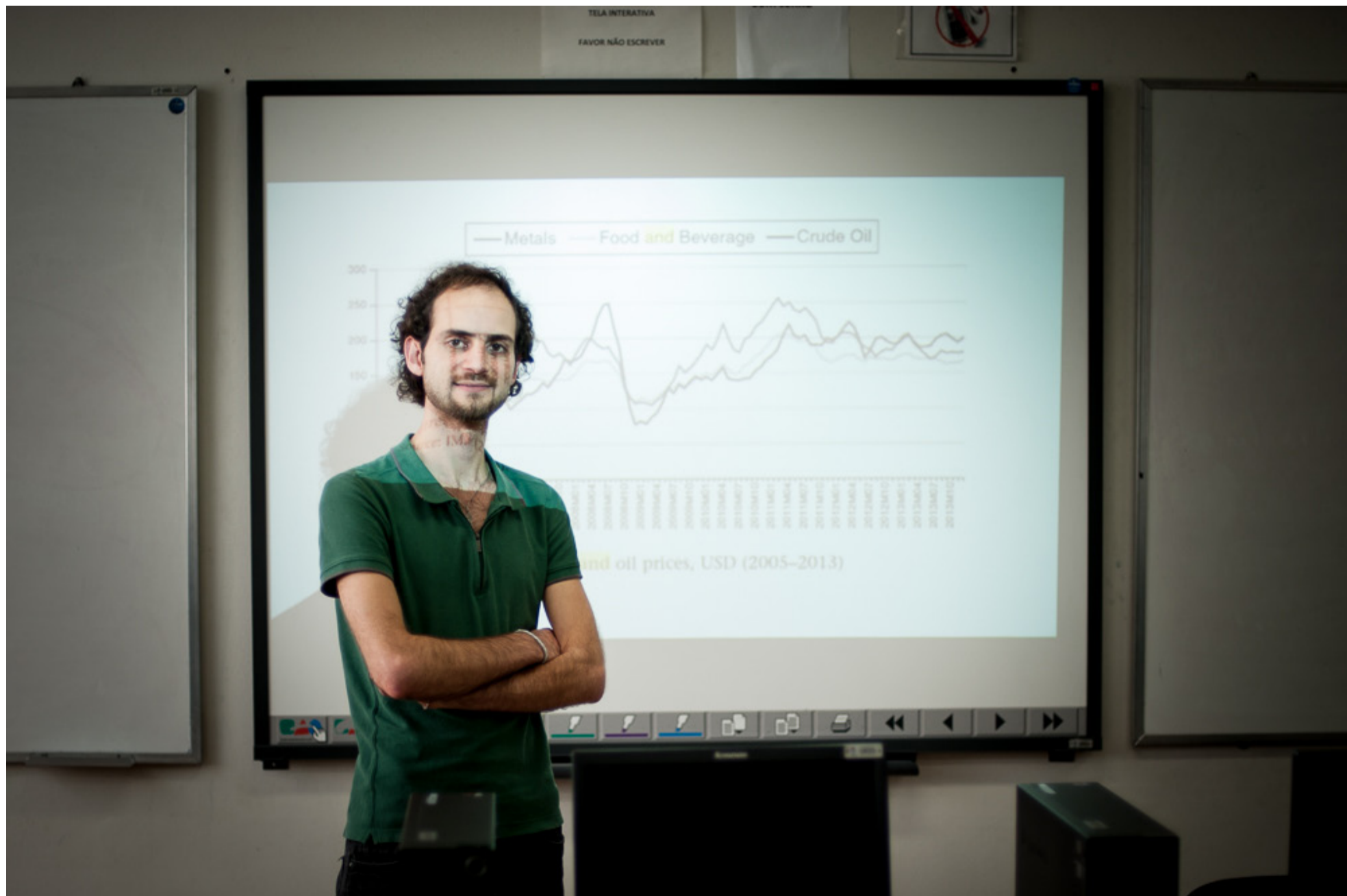
Desdobramento – A exemplo da iniciativa encabeçada pelo PPGEEI, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) promoveu neste semestre a abertura de dez vagas para refugiados como aluno especial. Com seleção semelhante a do outro programa, havia a demanda, como pré-requisito, de certa fluência em português, visto que as disciplinas e seminários são ministrados somente nesse idioma.

Para a coordenadora do PPGCOM, Nísia Martins do Rosário, a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), sendo um lugar que procura trabalhar e propor a questão da diversidade com

bastante afino dentro das salas de aula, entende esse envolvimento como sendo fundamental para o contato direto com outras culturas: “A convivência entre os alunos refugiados e os alunos e professores daqui, em que se compartilham experiências e vivências, é um movimento extremamente positivo, visto que uma visão mais crítica da comunicação acaba nos trazendo, com esse convívio, a possibilidade de conhecer como, em outros países, funcionam as questões midiáticas, uma vez que não temos a possibilidade de estar em outros lugares, e a gente só conhece praticamente a nossa própria mídia”.

Os coordenadores de ambos os programas esperam que a proposta de abertura continue e que sejam discutidas ações afirmativas que analisem as singularidades dos refugiados, a fim de oportunizar futuramente o ingresso pleno nos programas. Para Nicolas Maillard, o movimento de inclusão ainda está em fase preliminar, todavia se mostra importante para acolher os estrangeiros: “Num primeiro momento, um refugiado fazer uma ou outra disciplina é importante para poder socializar, para sair um pouco do momento trágico da chegada, no qual a pessoa, em geral, está muito isolada. O fato de ter acesso à universidade e fazer algumas disciplinas o traz a certa normalidade que, com certeza, ajuda bastante”, conclui.

Júlia Costa dos Santos, aluna do 5.º semestre de jornalismo da Fabico



Há dois anos em Porto Alegre, o economista sírio Maher Zabalawi é o primeiro aluno em situação de refúgio a cursar disciplinas em uma das pós-graduações da UFRGS



Abertura para o mundo

Intercâmbio *Participantes do Ciência sem Fronteiras falam sobre aprendizado e vivências*

Everton Cardoso

O deslocamento, mais que uma viagem, é a possibilidade de girar o olhar e repensar o contexto original em que se está inserido. Com o objetivo de proporcionar experiências do gênero, o programa Ciência Sem Fronteiras, iniciado em 2011, é um projeto do Governo Federal que tem proporcionado a experiência de viver e estudar no exterior a alunos de graduação de todo o país. O projeto tem sido financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e por empresas parceiras. Num momento

em que o programa passa por um processo de revisão e ainda não há a certeza de sua continuidade, estudantes da UFRGS que tiveram vivências internacionais recentemente apresentam relatos no XII Salão de Ensino, que acontece neste mês. Para muitos desses estudantes, inclusive, essa foi a primeira vez que saíram do Brasil.

Independência – Esse é o caso de Elisa de Viegas Hoffmeister: em 2015, pela primeira vez, a estudante de Medicina da UFRGS viajou para fora do país; foi para a Polônia, onde morou e estudou por onze meses. “Logo que cheguei, fiquei um pouco assustada. Não entendia a língua, muita gente não falava inglês”, conta a jovem, que aproveitou a oportuni-

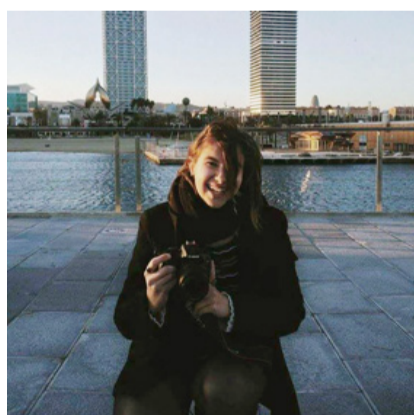
dade no leste europeu para estudar e aprender uma nova língua. A acadêmica ressalta como um dos pontos altos de sua experiência a possibilidade de ter aulas em inglês: “Nunca tinha podido praticar. Foi muito bom para isso”. Isso porque na Uniwersytet Jagiellonski – onde estudava, na cidade de Cracóvia – as aulas eram ministradas nesse idioma. “A Faculdade é inteira em língua inglesa. Havia muitos estudantes de outros países, muitos americanos e noruegueses. Lá as taxas do curso e o custo de vida são mais baixos”, justifica. Na temporada em que esteve fora, Elisa também, pela primeira vez, pôde experimentar como é morar longe da família. Aos 24 anos, ela dividiu um apartamento com mais duas

pessoas numa espécie de casa de estudantes oferecida pela universidade em que estudava. “Foi muito bom, pois fui sem saber nada dos afazeres de casa. A menina com quem dividi já morava sozinha. Tínhamos serviços de faxina e lavanderia, mas eu cozinhava, fazia tudo em casa. Amadureci bastante. Tanto que agora estou morando só”, diz sobre uma vontade que há tempos queria tornar realidade. Depois de ter estudado áreas como medicina interna e medicina legal e de ter feito estágios na instituição estrangeira, Elisa faz uma avaliação bastante positiva da formação que tem recebido na UFRGS. “Aqui, nos últimos três anos de faculdade, temos muitas coisas práticas. Lá, os estudantes não fazem nada, só observam. Mas é melhor a prática, com certeza. Saímos mais preparados”, analisa. Na avaliação da futura médica, ainda, os profissionais brasileiros da área são mais humanos que os poloneses – talvez em razão de um jeito mais frio que lhes é característico. “Vou tentar não ser assim; quero dedicar mais tempo aos pacientes”, compromete-se.

logística, transportes e medicina. Esta última, aliás, foi a que Lívia descobriu, durante a experiência no estrangeiro, ser aquela em que quer atuar. “Consegui direcionar mais para a área de equipamentos médicos. Aqui, não tinha tido experiência diretamente na área. Comenta-se que isso existe, mas nunca se aprofunda muito”, atesta, depois de ter cursado no exterior a mesma graduação que faz no Brasil, mas com ênfase em Engenharia Biomédica. E conta: “Agora, estou procurando estágio nessa área em empresas de Porto Alegre”. Dos treze meses em que viveu na Europa, Lívia dedicou dois para aprender o idioma do país que a recebeu: era um curso oferecido pelo Ciência sem Fronteiras em uma escola de línguas antes do início das aulas na universidade. A experiência de viver longe de sua terra natal, no entanto, impôs-lhe obstáculos: “No começo foi bem difícil, mas depois que fui conhecendo mais gente acabamos uns ajudando os outros, e foi mais tranquilo”, relata.

Aprendizado cultural – Para a graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas Maria Eduarda de Araújo Tavares, estar em Barcelona, na região da Catalunha, hoje pertencente à Espanha, foi dificultada pela língua local: ao contrário do que muita gente pensa, no território espanhol, falam-se quatro idiomas distintos, todos oficiais; entre eles, o catalão. Sobre este, que foi o maior obstáculo a superar em sua experiência, dispara: “As aulas eram em catalão e eu não tinha ideia de como era a língua. É uma falha do programa. Ou não deveriam enviar estudantes para a região, ou deveriam exigir que soubessem algo do idioma. Por mais que as pessoas de lá saibam espanhol, na vida cotidiana se usa a língua local”. E critica: “Cheguei e tive de ir atrás do curso. Ele não integrava o programa; tive de pagar à parte”. Ainda que a proximidade com a língua portuguesa – já que ambas compartilham a raiz latina – lhe facilitasse a leitura, a relação com os colegas de aula não lhe resultava muito fácil: “Durante os primeiros seis meses, não conseguia interagir em catalão. Até entendia, mas não conseguia falar”.

Além do aprendizado propriamente acadêmico, Maria Eduarda destaca que teve a possibilidade de entender melhor a Espanha e sua cultura, principalmente nas particularidades da região da Catalunha. “É um país muito diverso, com uma história muito incrível. Conheci brasileiros de diversas partes, pessoas de diferentes continentes. Foram experiências muito enriquecedoras. É uma parte muito legal do intercâmbio, com certeza”, afirma. E elogia, sobre a oportunidade de participar do Ciência sem Fronteiras: “Já tinha muita vontade de sair um pouco do Brasil. Não teria recursos para viajar ao exterior por minha conta”.



1. Elisa diante da Faculdade de Medicina (Polônia);
2. Daieli diante do Panteão (Itália);
3. Pranchas e maquete do projeto final de Daieli (Irlanda);
4. Lívia no Neanderthal Museum (Alemanha);
5. Elisa na aula inaugural de Medicina (Polônia);
6. Maria Eduarda em Barcelona (Espanha);
7. Lívia em passeio organizado pela universidade (Polônia);

Design das emoções



Ellen Lupton Renomada designer gráfica fala sobre internet e jornalismo

Samantha Klein

Conhecer os livros de Ellen Lupton é regra para quem está se aventurando em uma área que ganha cada vez mais espaço, em especial, na internet. Foi-se o tempo em que uma página virtual era “rolada” (com auxílio do mouse) por um texto e imagens. Hoje, é necessário muito mais para prender a atenção do leitor e/ou espectador, o que não significa apenas agregar um vídeo engraçado para conquistar o clique.

Autora de onze livros, centenas de artigos e curadora de design contemporâneo do Cooper-Hewitt National Design Museum de Nova York, ela defende a importância do design profissional, mas também de iniciativas do tipo “faça você mesmo”. Tudo isso permeado pelo conceito de design emocional,

segundo o qual o mundo do consumidor é regido menos pela razão relacionada a produtos do que por desejos subconscientes, explorações sensoriais, estímulos e instintos. Assim, o impacto e o valor simbólico atribuído a um objeto também têm influência sobre as relações sociais e sobre a imagem que uma pessoa quer ter diante das demais.

Ellen esteve em Porto Alegre recentemente, a convite do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRGS, para realizar uma palestra em auditório lotado na reitoria da Universidade.

Na fala de hoje, você falou muito sobre o design emocional. Como podemos defini-lo?

O design emocional é uma tentativa de estabelecer uma conexão entre os produtos e as pessoas. Frequentemente, auxilia também no processo de identificação relacionado às características do produto. Forma-se um vínculo que as pessoas carregam devido a uma associação a cores, fotografias ou materiais, e é justamente essa experiência proporcionada pelo produto e pelo design que cria esse vínculo mais profundo. Um produto atrai primeiramente por conta de sua forma. Depois, a facilidade do

uso é importante, mas também o prazer proporcionado pela relação com esse objeto. Em outro nível de emoções, a experiência e a familiaridade com determinado produto nos ajudam a imaginar como os outros estão nos vendo e de que forma esse artigo está nos ajudando a construir a nossa personalidade.

Tudo isso está conectado ao storytelling?

Acho que toda história é uma ação. Os personagens de um filme estão em ação que é contada pelo storytelling. Mas na vida real também encontro pessoas, pego ônibus, compro tiquetes, tudo isso são ações. Dessa forma, os designers têm a oportunidade de transmitir histórias. Por exemplo: posso comprar uma garrafa de água e beber o seu conteúdo. Mas como fazer isso de forma que se torne uma experiência? Qual é a qualidade que a diferencia? É muito pura? A história deve ser contada ao consumidor e a experiência tem de trazer satisfação. Temos, assim, uma conexão emocional com ela. Esse produto precisa ser mais do que uma água mineral.

Tivemos alguns casos recentes de produtos cujas histórias em torno

de sua criação eram completamente falsas. Foi o caso de um sorvete gourmet e de uma marca de sucos. O CONAR (órgão de regulação da propaganda) chegou a autuar essas empresas por propaganda enganosa. O que você pensa disso?

A ética deve ser mantida e acredito que o design tem o papel de sempre contar a verdade também. Podemos fazer com que um produto se mostre mais bonito e sedutor aos consumidores, mas a história precisa ser verdadeira. A responsabilidade deve ser dividida entre o produtor de um suco ou um sorvete e os designers que criam representações.

Existe alguma equivalência entre a responsabilidade do designer e a do jornalista?

Acho que não. No caso do sorvete, não há grandes prejuízos para a sociedade. As pessoas podem ficar irritadas com a companhia e deixar de consumir o produto, mas os prejuízos de um mau jornalismo são muito mais desastrosos. Talvez, se o designer soubesse que a história do sorvete era mentirosa, ele não teria criado uma campanha em cima disso e poderia ter encontrado outros recursos.

Na internet, como o design revolucionou a experiência de navegação?

Design é criar toda a estrutura para páginas na internet, o modo como as informações são organizadas na tela. Design também é a maneira como você encontra uma página, um produto, um artigo em um jornal. É a forma aliada à tipografia, o jeito como as colunas estão dispostas, a escolha das cores. Assim, os designers criam a forma como você vai navegar nessas histórias, uma função muito ampla e diversa. Você pode imaginar que todos os conteúdos são uma imagem de um documento do Word (software de texto). Quando começamos a utilizar a internet, era assim que as páginas e os conteúdos eram dispostos na tela. De vez em quando, fotos eram inseridas no meio de textos. Concomitantemente, novos elementos foram adicionados, tais como marcas e logos dos produtos, vídeos, músicas, e não foi possível manter aquele formato tão básico. Por isso, o trabalho dos designers foi determinante para termos o visual agradável, interessante e mais bem aproveitado em termos de conteúdos.

O que pode ser feito para manter a atenção e melhorar a estética de sites e portais?

Em primeiro lugar, as pessoas não querem ver muitos anúncios e coisas pulando na tela porque distrai demais, principalmente quando se trata de notícias. Mas é necessária a presença de anúncios com técnicas que não os tornem tão chatos e inconvenientes.

Como o design gráfico pode manter a leitura de jornais?

O jornal realmente ainda é um grande meio de comunicação e muitas pessoas o apreciam. O jornal de papel, em especial, é diferente porque podemos manuseá-lo como quisermos. Mas acho que, se for somente pelas notícias, eles vão perder cada vez

mais seu valor, porque as pessoas querem ler histórias ou romances e não somente fatos. Qualquer plataforma pode trazer notícias, portanto, a diferença é ir além disso, agregando um design sedutor.

“Faça você mesmo” é o nome de um de seus livros. Nesse sentido, como podemos valorar os produtos que criamos?

Muitos designers não gostam da expressão *Do it yourself (DIY)* – ou faça você mesmo – porque significa retirar o caráter de expertise de uma área de conhecimento. Eu, ao contrário, não vejo dessa forma. Percebo que as pessoas estão conscientes sobre a importância do design. O público, em geral, respeita e se importa com o bom visual e a boa comunicação. No caso do jornalismo, todo jornalista tem de saber algo sobre tipografia, layout, uso de cores, a forma como as fotos e os vídeos devem ser dispostos nas páginas da internet ou nas colunas de um jornal, porque ele está trabalhando com sistemas de gestão de conteúdos e com seu processo de publicação. Quem for fazer uma página na internet precisa ter a noção do todo de um site, da identidade visual de um produto, dos tipos (fontes) que devem ser utilizados, como as diferentes páginas de um portal vão funcionar. Por isso, fazer por si mesmo pode ser ótimo.

O que é preciso fazer para gerar design criativo? Você nasce sendo uma pessoa criativa ou é possível desenvolver essa habilidade?

Acho que é possível desenvolver a criatividade, e meu livro *Graphic Design Thinking (Pensando o Design Gráfico)* é sobre ferramentas para ativá-la. Todas as pessoas são criativas, mas você precisa treinar. Algumas fórmulas prontas vão te levar ao treino e depois à confiança para produzir algo com sua marca pessoal. Além disso, há coisas básicas para a criação e o planejamento: você deve ter um mapa na cabeça com a história que você quer criar no jornalismo, por exemplo, sobre o futuro desse campo. Crie uma rede de associações sobre impressão, web, público, globalização, tipografia. Assim, você tem de se preocupar em compreender o que está fazendo ou utilizar as técnicas que forcem conexões a respeito do que é o seu jornal, de quem pretende atingir e das diferentes formas para alcançar tal meta. O seu jornal pode parecer um livro ou pode ser “rolado” na tela do telefone. Meu livro fala disso.

Quais são as possibilidades de trabalho para os estudantes de design? Como o mercado de comunicação está se adaptando à crise?

Nos EUA, os designers estão cheios de trabalho em diversas companhias. É um campo bem-vindo, seja produzindo independentemente ou em grupo. Mídias digitais, marketing, concepção de identidades para novos produtos, aplicativos e portais para bancos. Apesar da crise econômica, grandes companhias têm seus próprios designers. Ainda assim, os designers trabalham mais a tarefa de pensar o todo do que a diagramação de uma página diária de jornal, por exemplo. Ou seja, têm um trabalho mais especializado.



Memorial na Praça da República, em Paris, lembra vítimas de ataque terrorista do Exército Islâmico ocorrido na cidade em novembro de 2015

Temporada de atentados

Analúcia Danilevicz Pereira
Paulo Fagundes Visentini*

Nos últimos anos, os atentados terroristas têm conhecido notável expansão em quantidade, intensidade e amplitude geográfica. O Ocidente nunca se preocupou muito enquanto eles estavam restritos ao Oriente Médio (com milhares de vítimas), mas agora a Europa e os Estados Unidos têm sofrido frequentes atos perpetrados por grupos terroristas ou apoiadores desajustados. Qual a razão dessa verdadeira temporada de atentados terroristas? Como detê-la? Quem seria responsável? Trata-se de um fenômeno unicamente “islâmico”?

Modalidades do terrorismo – Fred Halliday considera que há pelo menos quatro sentidos para o termo. O primeiro se refere ao terrorismo de Estado, “desde cima”, que são atos de violência sistemática praticados por governos contra a sociedade. O segundo sentido é definido pela execução de atentados por grupos militantes contra alvos determinados, buscando objetivos políticos, seja para chamar a atenção da opinião pública internacional para certos conflitos, seja para criar uma situação insustentável para o inimigo.

O terceiro tipo é o terrorismo comunal, “que provém de baixo”, das guerras civis, quando a população ou suas milícias atacam outras comunidades visando à eliminação ou expulsão destas. Por fim, o quarto tipo de terrorismo está ligado a uma espécie de percepção pânica ou “ansiedade global”. Consiste numa orquestração que manipula o sentimento de insegurança das populações, criando um estado de tensão geral em uma época de incertezas a fim de justificar certos propósitos políticos, como medidas repressivas a opositores, a supressão de direitos civis e o desencadeamento de guerras.

O terrorismo que aqui interessa representa uma forma de guerra assimétrica, em que os grupos que o praticam não possuem condições de travar um combate aberto com as forças policiais ou militares de determinado país. Nesse contexto, a prática de atentados não tem tanto valor como ato material, isto é, o grau de destruição e o número de vítimas não é o fator mais importante. O que conta é o impactar de forma política e psicológica e especialmente provocar reações comportamentais da população ou induzir uma estratégia de resposta político-militar de um Estado.

Versões modernas – Na segunda metade do século XIX, o anarquismo europeu recorreu a atentados, visando matar autoridades do Estado, sem grandes resultados. O terrorismo reapareceu na segunda metade do século XX no Oriente Médio, envolvendo o conflito Israel-Palestina, que afetou também outras regiões com atentados. Eles eram de Estado, de grupos militantes e de base comunal. Depois, especialmente nos anos 1970, grupos de extrema-esquerda (Brigadas Vermelhas, Baader-Meinhoff), de extrema-direita (Gládio) e separatistas (IRA, ETA) da Europa, da Turquia (curdos, Lobos Cinzentos) e do Japão (Fração do Exército Vermelho) praticaram atentados terroristas. Os Estados afetados desenvolveram eficazes táticas e desarticularam tais movimentos.

Apenas nos anos 1980, com a Guerra do Afeganistão, o islamismo começou a ser utilizado pelo Ocidente e pelas petromonarquias árabes conservadoras como instrumento de combate contra a URSS e seus aliados. Iniciaram-se, então, os atentados propriamente “islâmicos”, especialmente com o fim da Guerra Fria. O ponto culminante foi a criação da Al-Qaeda e os atentados contra embaixadas americanas na África e os de 11 de setembro de 2001

contra Nova Iorque. A reação foi invadir o Afeganistão e depois o Iraque. Com essa estratégia, as forças ocidentais cometeram o erro de ficar ao alcance dos terroristas no meio que eles controlavam.

Atentados também afetaram a Europa, a Rússia, a China, a Índia, o sudeste asiático e a África. Os militantes islâmicos, treinados pelo Ocidente, se voltavam contra ele. Todavia, na Primavera Árabe, alguns deles foram apoiados por euro-americanos, turcos e petromonarquias árabes. A implosão de Somália, Afeganistão, Iraque, Síria e Líbia criou um campo de ação incontrolável, no qual os grupos terroristas têm seus santuários. Mas eles não tiveram o sucesso esperado, e surgiu uma nova geração de terroristas.

Terrorismo de Terceira Geração – O Estado Islâmico (EI) se tornou um fator decisivo no conflito da Síria e do Iraque por sua eficiência, violência e emprego de meios logísticos modernos: veículos, sistemas de comunicação e armamentos de última geração, além de recursos financeiros abundantes. E, mesmo assim, as grandes potências se disseram surpresas com seu surgimento, apesar dos bilhões gastos em inteligência e meios eletrônicos. Há perguntas que não querem calar: Como surgiu o movimento? Quem o apoia logística e financeiramente? Por que realiza atentados na Europa, que acolhe refugiados, teoricamente vítimas de seu inimigo Assad? Quais são os seus objetivos reais?

O movimento surgiu há três anos no Iraque e, depois, passou para a Síria, cujos governos eram aliados do Irã. O núcleo duro dos integrantes do EI veio da Europa, alguns dos EUA, e foram reforçados por grupos combatentes islâmicos que já lutavam na região. Monarquias petrolíferas do Golfo, como Arábia Saudita e Catar (aliadas do Ocidente), bem como a Turquia (membro da OTAN), estão entre os apoiadores ao movimento.

O discurso sobre a criação de um “Califado” na região e a implantação de um sunismo puro e arcaico não convence. O que está em jogo é a eliminação de regimes indesejáveis e a fragmentação de Estados importantes, a serem transformados em repúblicas étnicas ou religiosas. O que está sendo destruído é a infraestrutura. Assim, o petróleo, que poderia gerar desenvolvimento econômico quando gerido por Estados modernos, apenas passará por oleodutos cujo traçado será desenhado por potências distantes.

Todavia, se o EI constitui uma aberração e uma terrível ameaça, especialmente após os atentados em toda a Europa, a tímida reação ocidental em relação a ele parece incompreensível. Mas a Síria e o Iraque, por seu petróleo e posição geopolítica, são um caso diferente do Afeganistão. Inclusive porque o EI não é apenas um grupo terrorista, mas uma força militar capaz de travar uma guerra regular. Foi apenas a entrada decidida da Rússia no conflito que alterou os dados do problema. E os atentados na Europa são uma resposta do EI aos “traidores”, Estados que mudaram de posição e agora desejam o fim negociado do conflito na Síria, inclusive a Turquia.

O fato é que o terrorismo está adquirindo uma dimensão mundial e as características do quarto tipo apontado por Halliday, o de pânico e ansiedade global, que legitima a adoção de políticas repressivas e ações militares por qualquer Estado, vêm em resposta a ele. Apesar da escalada atual, o terrorismo constitui um fenômeno passageiro, como em outras épocas histórica. Ele deve ser compreendido racionalmente, combatido com serviços de inteligência, eliminação de fontes de apoio (inclusive patrocinadas por Estados) e desenvolvimento econômico-social das regiões onde se origina.

* Professores do Curso de Relações Internacionais da UFRGS



Lugar de mulher

Iniciação científica *Espaços de consolidação da presença feminina na pesquisa*

Felipe Ewald

Quem entra no Laboratório de Astronomia do Instituto de Física da UFRGS encontra um ambiente amplo, preenchido por diversas estações de trabalho com seus computadores. Preservando o marcante silêncio que impera no recinto, os alunos realizam suas atividades. Entre eles está Fernanda de Oliveira, estudante do Bacharelado em Física, no qual ingressou em 2014.

Há pouco mais de um ano, recebe orientação de iniciação científica da professora do departamento de Astronomia Ana Chies. “Ela estava procurando

alunos para uma bolsa, e eu queria começar a me envolver mais com pesquisa”, conta a estudante. Ainda que o curso de bacharelado tenha sido uma escolha consciente, revela que antes de entrar não tinha muita noção de como seria o ambiente acadêmico. “Por isso, acho que é importante se envolver na iniciação científica para compreender como é a carreira de pesquisador. Assim, quando comecei como bolsista, era mais para saber se gostava mesmo desse campo”, afirma, logo complementando que adora a área que escolheu.

Fernanda tem previsão de se graduar em 2017. Como deseja seguir a carreira acadêmica, planeja ingressar diretamente

na pós-graduação. Futuramente pretende fazer concurso para professora. Não tem dúvidas em afirmar que é de extrema relevância o fato de ter uma mulher como orientadora e exemplo de pesquisadora. “Trabalhei alguns meses em outro laboratório aqui da UFRGS. Era um ambiente bem diferente: só havia homens, além de não ser uma pesquisa do meu interesse. Quando temos um ambiente no qual nos identificamos, há maior motivação. Assim é o exemplo da Ana pra mim: a gente consegue pensar: ‘Um dia eu vou chegar nesse lugar’. Isso é muito importante pra compreender que é possível chegar lá, até porque são poucas professoras e pesquisado-

ras aqui na Física”.

Conforme explica, a professora desenvolve dois projetos diferentes. Fernanda participa da pesquisa que busca entender como evoluem as galáxias contidas em aglomerados em função do ambiente de sua origem. No outro projeto, são estudados aglomerados globulares - conjuntos de estrelas muito antigas que orbitam galáxias próximas à Via Láctea. Por esse último, Ana recebeu o prêmio “Para Mulheres na Ciência” na área da Física, programa promovido pela L’Oréal Brasil em parceria com a UNESCO e a Academia Brasileira de Ciências com o fim de oportunizar o equilíbrio dos gêneros no universo científico.

Percurso – Se o prêmio marca o reconhecimento de um caminho já percorrido na carreira, a formação de quadros acadêmicos conta com incentivos anteriores, destacando-se as bolsas de iniciação científica (IC). Na UFRGS, apesar de serem minoria entre os graduandos (48%), há mais bolsistas do sexo feminino (58%). Há, assim, um cenário em que se vislumbra a possibilidade de equiparação de gêneros no domínio científico – o que, entretanto, corre o risco de ser comprometido diante do corte de 20% das bolsas no atual momento de instabilidade política e econômica no país.

Um exemplo de como esse processo pode se concretizar: a professora Ana revela que foi bolsista de IC desde o segundo semestre da graduação em Física, o que para ela foi de extrema relevância. Agora, já com dois pós-doutorados e da posição de orientadora, percebe a IC como um período de experimentação. É nesse período que o aluno pode conhecer as diferentes áreas e ver se é isso mesmo que deseja fazer no mestrado, doutorado. “Gosto muito de ser orientadora de IC e fico muito feliz de perceber o progresso dos alunos com o passar dos meses”, arremata.

Ela afirma não ter sentido diferença pelo fato de ser mulher no período em que era aluna. “O departamento em que comecei como bolsista de IC e no qual agora sou professora sempre teve modelos femininos muito fortes, então nunca faltou em quem me espelhar, mas sei que é exceção. Mas, à medida que avanço na carreira, noto que ainda há muita coisa que pode melhorar”, completa.

Inspiração – Adriana Neumann de Oliveira, docente do Instituto de Matemática da UFRGS, ganhadora do prêmio *Para Mulheres na Ciência* em sua área, também teve um modelo feminino de cientista. Sua orientadora na graduação em Matemática na Universidade

Federal de Pelotas foi Lioudmila Bourchtein, professora russa que já acumulava longa experiência em pesquisa. Com ela realizou a iniciação científica do segundo semestre até o final do curso.

Naquela universidade só havia a opção de licenciatura, sendo, assim, um curso mais voltado para dar aula no ensino básico, com ênfase na questão didática. “Então, a iniciação científica foi o divisor de águas da minha vida. Experiência fundamental para que eu pudesse depois fazer mestrado e doutorado e entrar na carreira de pesquisadora na Matemática Pura”, ressalta Adriana.

Além disso, comenta, teve muita sorte de trabalhar com uma pessoa que soube conduzir muito bem o trabalho de orientação. “Ela começou a apresentar um assunto apenas um pouco mais sofisticado do que eu tinha no curso, para complementar minha formação e garantir uma base mais sólida, e foi direcionando até conseguirmos escrever um artigo. Ela também tinha a preocupação de me fazer pensar o que eu faria depois, como poderia construir a carreira”, recorda.

Agora, na posição de professora, admira-se da dificuldade de repetir o que sua orientadora conseguiu, propondo atividades de dificuldade crescente. Adriana considera que o contato semanal com os alunos é importante para identificar o que é interessante para cada um, além de este ser o momento em que o professor exerce mais intensamente o papel de formador – mais do que na sala de aula, indicando caminhos para a carreira profissional.

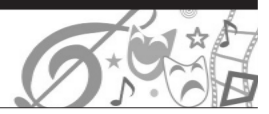
“É claro que também é necessário haver um retorno do orientando. É essencial que ele não seja um coadjuvante. Uma boa IC tem no centro o aluno sob a orientação do professor, que dá as direções e tarefas a serem executadas por aquele. Sob essa perspectiva, o orientador também vai ganhando, já que o aluno traz questionamentos, novos rumos”, comenta.

Para que essa dinâmica tenha sucesso, segundo a pesquisadora, é de extrema importância a bolsa, o que ilustra com sua própria experiência: “Eu fiz o segundo grau técnico, me formei em desenho industrial e fui direto trabalhar, mas vi que não era o que eu queria fazer e resolvi buscar uma graduação. No primeiro semestre, ainda trabalhei, mas ficou complicado para conciliar e acabei sendo demitida. Quando surgiu a bolsa, foi fundamental, porque eu estava num momento complicado. Por isso esse apoio financeiro foi essencial para poder me dedicar ao curso e à pesquisa”, considera.

FLÁVIO DUTRA/JU



Fernanda, aluna do 6.º semestre do Curso de Física, é bolsista de Iniciação Científica em Astronomia



Ênfase na forma cultural

Televisão *Conceitos de estudo dos anos 1970 seguem válidos*

Felipe Ewald

Obra clássica sobre o tema, *Televisão: tecnologia e forma cultural* (que estava sem tradução disponível no Brasil) é um estudo realizado na Inglaterra dos anos 1970 por Raymond Williams, que se viu intrigado com o fenômeno de popularização desse meio de comunicação. Na opinião de Elisa Piedras, professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, a abordagem proposta pelo pesquisador segue sendo atual e relevante por diferentes razões.

Ele reconhece a televisão como uma nova tecnologia que traz inovações, mas está interessado em ir além da questão técnica. Para o acadêmico galês, o que é revolucionário é a forma cultural que ela assume de tecnologias anteriores e que tende a deixar para as seguintes. Nesse sentido, lembra Elisa, podemos considerar que o Youtube herda daquela sua forma cultural, de certa maneira continuando o sistema de broadcast com a publicidade no início do vídeo e a fidelização a canais.

Williams destaca a noção de broadcast, em que há o encadeamento de diferentes gêneros que,

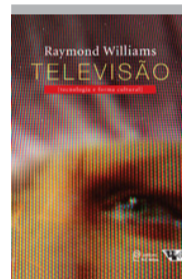
então, se relacionam entre si. Para ele, a produção de sentidos se dá na experiência do fluxo por esses diferentes gêneros. Assim, a compreensão do que nomeia como fluxo televisivo deve se dar a partir do olhar do espectador. “Essa é uma noção que segue sendo vital para a pesquisa na área, ainda que grande parte da produção científica não a leve em consideração, analisando produtos isoladamente”, comenta Elisa, ainda que reconheça ser um grande desafio metodológico a operacionalização do conceito teórico de fluxo, ou seja, como realizar a pesquisa para compreender a produção de sentidos pelos espectadores.

Os novos formatos que vêm surgindo com a televisão digital ou o Netflix têm sido enaltecidos por parcela dos pesquisadores como forma de romper a linearidade do broadcast. A professora defende, no entanto, que essa linearidade não é relevante para Williams, pois ele prevê que, na recepção, os conteúdos são apropriados de maneira ativa pelos espectadores, ou seja, estes não estariam submetidos a uma forma impositiva. Nesse sentido, o livro é relevante para compreendermos as relações intertextuais entre os conteúdos.



Outro ponto a destacar é o fato de que, no Brasil, há ainda uma grande desigualdade de acesso às novas tecnologias. É pequeno o percentual da população que conta com uma conexão que a habilite a acessar o Netflix, por exemplo, o que implica que o grosso da população ainda assiste basicamente a mesma televisão dos anos 70.

Elisa informa que, no âmbito da pesquisa acadêmica, esse meio ainda é objeto de estudo amplamente abordado, ainda que de forma fragmentada, com



Televisão: tecnologia e forma cultural

Raymond Williams

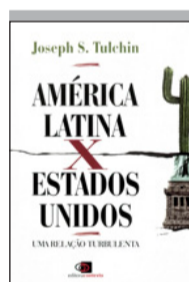
São Paulo: Boitempo/ Belo Horizonte: PUCMinas, 2016

192 páginas

R\$ 52 (preço médio)

recortes isolados de produtos, especialmente as telenovelas, sendo incomum a opção por um olhar para a construção de sentidos que se dê pela relação entre os diferentes gêneros. Em levanta-

mento realizado por seu grupo de pesquisa, nos bancos de dados de teses e dissertações do país, apenas 12 pesquisas utilizavam o conceito de fluxo televisivo num intervalo entre 2000 e 2015.



América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta

Joseph S. Tulchin | São Paulo: Editora Contexto, 2016
272 páginas | R\$ 44 (preço médio)

Uma relação turbulenta

O mais recente livro do historiador Joseph Tulchin apresenta, em profundidade, um relacionamento nada harmônico no continente entre os Estados Unidos (EUA) e a América Latina. Na obra, o autor retoma a história da formação dos EUA e o formato da sua projeção diplomática voltada aos demais países do continente. A águia libertária preconizada pela Doutrina Monroe se tornou um perspicaz mecanismo de imposição dos valores norte-americanos e de dominação econômica. A própria formação política dos EUA contribuiu para essa dimensão imperialista. Tulchin destaca que a ideia do país como experimento de uma nova visão de mundo era extremamente importante e seguiu tendo sua expressão na sua política externa. Tal idealismo deveria se sobrepor à hegemonia europeia naquele período. Na mesma época, em meados do século XIX, as nações da América Latina iniciaram suas lutas de independência. Sem o status de países cultos – conforme a visão eurocêntrica –, essas nações eram subordinadas à categoria de povos menos civilizados, enquanto os EUA almejavam se igualar às grandes potências. Por isso, segundo o historiador, os governos dos EUA não tinham um plano específico de dominação sobre a América Latina, mas sim um intento global de hegemonia.

Recentemente, frente ao histórico de intervenções nos países vizinhos e o recrudescimento do sentimento de antiamericanismo, o primeiro presidente negro dos EUA tentou modificar o cenário das

relações externas do país. “Diferentemente de Woodrow Wilson em relação ao México, ao Haiti e à República Dominicana, ou Calvin Coolidge em relação à Nicarágua, Obama percebeu que o uso da força militar norte-americana no Iraque e no Afeganistão não produziu o resultado esperado”, destaca. Conforme a “Doutrina Obama”, é importante mostrar que o país tem força diante das ameaças, pois os cidadãos precisam se sentir seguros. Entretanto, a proteção dos interesses nacionais requer a projeção de poder em colaboração com os parceiros. Não à toa, os Estados Unidos se engajaram na retomada das relações com Cuba e Irã. O dilema, de acordo com o historiador, reside no fato de que muitos dos formuladores da política dos EUA acreditam que o país tem o direito de liderança por ser mais forte, enquanto os demais Estados rejeitam essa ideia. Nesse sentido podemos citar a oposição dos governos bolivarianos, no caso, Venezuela e Bolívia. Assim, os países latino-americanos buscaram parcerias regionalizadas, tais como a formação de blocos comerciais como o Mercosul, ou políticos, como a Unasul, dos quais os Estados Unidos foram excluídos, rejeitando-se a hegemonia norte-americana. Tulchin destaca que o unilateralismo militarizado de Bush, assim como o anticomunismo paranoico da Guerra Fria, mostraram aos líderes latino-americanos que a defesa dos interesses nacionais resultaria em mais sucesso ao lado de outras nações do que a postura defensiva do passado. (Samantha Klein)



Assis Hoffmann, o fotógrafo dentro da cena

Porto Alegre: Pallotti, 2015

128 páginas | Disponível em bibliotecas públicas e universitárias

Memória do Fotojornalismo

É curioso, numa época de profusão de imagens, a falta delas que um dos campos que historicamente mais as produziu sente aqui em nossas paragens. Caso se procure um livro de fotografias, ou mesmo de textos sobre o fotojornalismo no Rio Grande do Sul, vai se deparar com uma aridez assustadora. Talvez por isso, pelo pouco que é publicado, pelo pouco acesso ou conhecimento dos acervos que temos, as imagens que vemos de nosso passado coletivo parecem ser sempre as mesmas. É um pouco este estio que o livro Assis Hoffmann, o fotógrafo dentro da cena vem regar. Um pouco, mas suficiente para tornar essa publicação mais que importante. A tiragem é pequena, 500 exemplares, já praticamente esgotados. Ainda assim, é importantíssimo pela possibilidade que dá de conhecermos visualmente ao menos duas coisas: momentos importantes de nossa história e a qualidade da produção do nosso fotojornalismo. Infelizmente, a obra de Assis Hoffmann padece do problema de que sofrem muitos que produzem na periferia dos grandes centros, apesar de isso não ser nenhuma novidade: fosse francês ou norte-americano, seu legado estaria ao lado da melhor fotografia do século XX. As características marcantes desta tradição, no entanto, estão ali, vistas na aproximação da cena, na percepção aguda do que era relevante como informação, na qualidade visual com que transformava o mundo em imagem.

Fotógrafo que aprendeu fazendo, Assis Hoffmann trabalhou em jornais importantes do estado, como Última Hora e Zero Hora, além de ter fundado, ao lado de Pedro Flores, Léo Guerreiro, Sioma Breitman e La Hire Guerra, uma das primeiras agências fotojornalísticas fora do eixo Rio-SP, a Focontexto. Teve, também, participação importante na luta dos fotógrafos pelo reconhecimento da autoria em seus trabalhos, uma vez que até meados dos anos 1960 as imagens eram creditadas somente com a data. Entre seus arquivos constam cerca de 70 mil imagens. Destas, 117 foram publicadas no livro. O suficiente para nos mostrar cenas da Guerra do Yom Kippur, na Palestina/Israel; o retorno de Jango ao Brasil, em 1961, dentro do próprio avião em que viajava o então vice-presidente que assumiria o cargo vago com a renúncia de Jânio Quadros; Leonel Brizola pilotando um teco-teco; ou o surgimento do Movimento dos Sem Terra nas encruzilhadas de Ronda Alta, em 1978. Também se podem ver imagens da Porto Alegre dos bondes, transparecendo certa inocência que chega a evocar saudades de um tempo não vivido. Ainda que não esteja sendo comercializado – o que Assis e o público certamente mereciam –, exemplares do livro podem ser encontrados na biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, na UFRGS, e em outras bibliotecas públicas ou universitárias. (Flávio Dutra)



A arte e seus sentidos

Produção artística

Pesquisadoras analisam a presença da arte no cotidiano e seu lugar na história brasileira

Everton Cardoso

Sempre que se fala de arte, na atualidade, trata-se de um conjunto de processos, práticas, agentes e objetos que, simultaneamente, se inserem e estão à parte da vivência cotidiana. Por um lado, questões e temas – além de artefatos – a ligam ao dia a dia; por outro, abordagens e linguagens a distanciam dele – o que é acentuado pelo desconhecimento do público e pelas políticas que negligenciam essa forma de expressão cultural e estética.

Numa sociedade marcada pelas interconexões e por uma cultura estruturada em rede, esse lugar ocupado pelas artes visuais é afetado, segundo a professora e pesquisadora do Instituto de Artes da UFRGS Ana Albani de Carvalho, por uma série de disputas entre agentes e discursos para que suas visões e suas crenças sobre essas expressões poéticas se tornem as mais aceitas, ou seja, as dominantes. “A arte deveria ser potencializadora de visões e concepções com sentido crítico, abertos à diversidade e, ao mesmo tempo, à inclusão da diferença. A arte tem que estar na contracorrente, no lugar do outro e também na percepção de si. Embora sem negar o mercado e a sua lógica de funcionamento, não pode a essa lógica estar submetida”, explana.

Nesse sentido, ainda que precise estar conectada a diversos segmentos da sociedade, com diferentes tipos de público, a arte deveria, segundo a professora e participante do 25.º Encontro Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas que acontece neste mês na UFRGS, ser diferente daquilo que a publicidade e a indústria do entretenimento oferecem. “A arte está entre o Público e o Privado, entre a Realidade e a Ficção; o seu lugar é incerto”, esmiúça, sinalizando as iniciais maiúsculas dos conceitos que considera fundamentais para se estabelecer a discussão. Nesse sentido, a arte seria, então, a possibilidade de um “adensamento da percepção do mundo”, ou seja, representa a possibilidade de olhar para a realidade sem a tendência simplificadora e objetivadora do cotidiano.

Aprendizado – A partir dessa perspectiva da arte como uma atitude diante do mundo, emerge a questão da formação para desenvolver essa aptidão. De acordo com a crítica e curadora Angélica de Moraes – que

participa do seminário Os Olhares de Críticos e Curadores sobre as Coleções Universitárias, também realizado este mês na UFRGS –, é preciso que as pessoas desenvolvam um letramento visual, isto é, que sejam capazes de perceber o conteúdo da obra de arte para além de seus sentidos literais e cheguem à poética que nela está contida. “Ser tocado por uma obra de arte é iniciar um diálogo muito rico, que amplia horizontes mentais e emancipa o sujeito do perigoso pensamento único e das certezas pétreas”, expõe. Mas adverte: “Isso deve passar longe da tentativa de instrumentalização da arte”. Na opinião da jornalista, a liberdade é condição fundamental para a atuação do artista.

De acordo com Angélica, muitas vezes, mesmo as políticas que apenas visam ao acesso da população a expressões culturais mais populares acabam por aumentar ainda mais esse fosso com relação ao público. “Deve haver oportunidades de acesso à cultura erudita, que é patrimônio da humanidade e não apenas das classes mais favorecidas economicamente. Em vez de aceitarem a escandalosa inclusão de kits didáticos de Romero Britto no ensino fundamental – sim, isso acontece na rede municipal de São Paulo –, há urgência de levar os estudantes ao contato com os acervos de museus de arte”, afirma ao mesmo tempo que enfatiza a necessidade de professores capacitados para uma tarefa que inclui a formação para apreciação da arte e a busca por novos talentos.

Mas em que parâmetros se baseiam as definições da arte? De acordo com Ana Albani, têm relação direta com jogos e disputas de poder entre diversos agentes e instituições: “Não há uma regra definida a priori... o que tem é esse jogo”. Nesse contexto, cada artista e cada obra são escrutinados individualmente – o que afasta as dinâmicas da arte ainda mais da ciência ou da filosofia, as quais se baseiam em leis mais universais. Dentro desse processo, a reflexão teórica ganha corpo, e a academia, uma posição importante. “A universidade desempenha esse papel, não apenas de formação profissional, mas de lugar potencializador de trocas, de reflexão e difusão desse conhecimento específico gerado pela arte”, sintetiza.

No Brasil – Na avaliação da professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro Sônia Gomes Pereira – que também integra o grupo de participantes do Encontro Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas –, a arte, no Brasil, passou por um processo histórico bastante particular antes de ocupar a posição em que hoje se encontra. “A experiência da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro tem sido reestudada, evidenciando os seus sucessos e fracassos, mas, sobretudo, enfatizando a questão paradoxal do que a academia representava nos países

periféricos, recém-independentes, como é o caso da América Latina”, explica sobre um processo que marca uma diferença significativa entre a Europa e o Brasil.

Por um lado, a disseminação e o crescimento das academias de arte pelo mundo contribuíam para a manutenção e atualização da hegemonia cultural do Velho Mundo; nas terras colonizadas mais recentemente por essas nações, esse movimento era evidência do estabelecimento de um campo artístico local que extrapola as limitações da arte colonial. “Foi o lugar onde se lutou pela liberalização das artes visuais (isto é, a passagem do status de artes mecânicas para o de artes liberais). Sendo uma ferramenta primordial na construção da imagem das novas nações, a academia foi, também, um espaço no qual várias questões de relevância foram colocadas pela primeira vez, como, por exemplo, a especificidade da

arte brasileira”, sustenta.

A arte brasileira do século XIX, porém, acabou sendo muito negligenciada, já que a crítica modernista das primeiras décadas dos anos 1900 a contrapôs à arte que então buscava se afirmar. “A partir dos anos 1960, quando surge a arte contemporânea e o próprio modernismo começa a ser criticado, inicia-se um movimento de revisão historiográfica da arte do século XIX, na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil. A ideia é reestudar esse período, tentando entender a sua maneira particular de enfrentar os problemas que se apresentavam então à cultura ocidental, incluindo o da modernização”, conta.

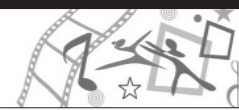
Na avaliação de Angélica, a arte produzida no Brasil tem recebido espaço bastante significativo mundo afora, inclusive com bastante respaldo da mídia especializada no assunto. “Os artistas

brasileiros passaram a ganhar a capa de revistas de imenso prestígio internacional. Hélio Oiticica foi o primeiro. Logo seria seguido por Lygia Clark, Cildo Meireles, Tunga, Jac Leirner, Regina Silveira e tantos outros. Esse fenômeno aconteceu nos anos 1990 e vem se adensando cada vez mais, graças à qualidade da arte produzida aqui, mas também graças à profissionalização do mercado, que divulga e promove a inserção de seu elenco de artistas em eventos de prestígio no exterior”, diz sobre um circuito que inclui exposições e feiras. Para Ana, o traço mais característico da produção artística nacional é a miscigenação. “A potência da matéria, da experiência da cor, da diversidade do tema. Como dizia um artista brasileiro, que agora repercute na cena global, da ‘adversidade vivemos’. Este é o nosso diferencial e esta é a nossa posição”, constata.



Obra exibida na Bienal do Mercosul de 2009, mostra de arte contemporânea em Porto Alegre

FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU - OUT/2008



► **Redação** Kayan Moura | Fone: 3308-3368 | Sugestões: jornal@ufrgs.br

DESTAQUE

ALCHETRON.COM/ABELCARLEVARO



Violão latino-americano como foco

Música Tradicional encontro tem nova edição

O VIII Festival de Violão da UFRGS acontece de 23 a 28 de setembro com atividades no Salão de Atos e no Instituto de Artes. Todos os anos, o evento traz uma mostra sobre a arte do violão, principalmente o modo como é tocado na América Latina. O tema central deste ano é o centenário do violonista uruguaio Abel Carlevaro, que mudou a concepção sobre apresentações de violão, como a maneira de se sentar para tocar o instrumento. Entre os músicos convidados, alguns nomes de destaque são Ulisses Rocha, Quarteto Maogani, Carlos Pérez (violonista chileno), Daniel Sá e Renato Borghetti. Também entre as atrações estão Fabio Zanon e o Coral da UFRGS (formado por ex-alunos). Todas

as apresentações são gratuitas, exceto o Concerto da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), que apresenta, em parceria com o festival, um concerto para violão e orquestra.

Além dos espetáculos, serão disponibilizados, para o público geral, no período da tarde, cursos e palestras didáticas sobre o violão. Nesse caso, há uma inscrição com preço único que garante o ingresso em todas as atividades do evento. Segundo Daniel Wolff, violonista, professor da UFRGS e organizador do evento, a programação é aberta a qualquer pessoa. “As palestras, principalmente, são bem educativas, embora alguns cursos tenham como participantes pessoas que já têm uma afinidade maior com

o instrumento.” As atividades são variadas, sendo algumas temáticas: o histórico do violão tocado no Brasil, a gestão cultural, a composição e o legado de violonistas famosos.

Wolff salienta que o festival opta por não colocar estudantes da Universidade entre as atrações. “O objetivo é trazer o espetáculo para dentro da Universidade, buscar esse contato com a arte, não ficar tão preso ao ambiente acadêmico”, relata.

Será fornecido certificado para quem comparecer em pelo menos 75% das atividades. Mais informações, como custos e horários, podem ser encontradas no site do Instituto de Artes da UFRGS (www.ufrgs.br/institutodeartes).

MÚSICA

Recital da violinista norte-americana Annie Chalex Boyle com a pianista e professora do IA/UFRGS Cristina Capparelli.

Apresentação: 12 de setembro, 19h

Recital da pianista Amy Lin

Nascida na República da China, Amy Lin é pianista da “Escola de Beethoven”, especializada no repertório do mestre compositor

alemão e nas obras de Mozart e Schubert. Apresentação: 13 de setembro, 19h

Recital de alunos de canto (Bacharelado e Licenciatura)

Coordenação: Professora Elisa Machado
Apresentação: 15 de setembro, 20h

Sarau no IA/UFRGS

Recital de alunos do Departamento de Música do IA

Apresentação: 19 de setembro, 17h30

Recitais de Mestre e Doutorado em Piano

Coordenação: Professora Cristina Capparelli.
Apresentação: 22 de setembro, 19h
Local: Auditorium Tasso Corrêa do Instituto de Artes
Entrada franca

EXPOSIÇÃO

Maria Lucia Cattani: gestos e repetições

A exposição faz um pequeno recorte da abrangente e vigorosa produção pictórica de Maria Lucia Cattani (1958-2015), artista gaúcha e professora do Instituto de Artes por 28 anos.
Visitação: de 29 de setembro a 27 de outubro, das 10h às 18h, de segunda a sexta-feira
Local: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo
Entrada franca

CINEMA

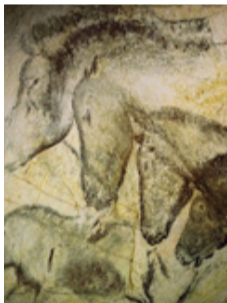
Em Cartaz: Documentários

A Sala Redenção, em parceria com o SESC/RS, apresenta quatro documentários de diferentes partes do mundo, realizados entre 2010 e 2015. Sessões com entrada franca.



ÚLTIMAS CONVERSAS (Brasil, 2015, 87 min), de Eduardo Coutinho
Sessões: 01 de setembro, 16h; 06 de setembro, 19h; 08 de setembro, 16h; 13 de setembro, 19h

JORNADA AO OESTE (Xi You, França/Taiwan, 2014, 56 min), de Ming-Liang Tsai
Sessões: 01 de setembro, 19h; 02 de setembro, 16h; 08 de setembro, 19h; 09 de setembro, 16h



A CAVERNA DOS SONHOS ESQUECIDOS (Cave of Forgotten Dreams, Canadá/Estados Unidos/França/Alemanha/Reino Unido, 2010, 90 min), de Werner Herzog
Sessões: 02 de setembro, 19h; 05 de setembro, 16h; 09 de setembro, 19h; 12 de setembro, 16h

NOSTALGIA DA LUZ (Nostalgia de la Luz, França/Chile/Alemanha/Espanha/Estados Unidos, 2010, 90 min), de Patricio Guzmán
Sessões: 05 de setembro, 19h; 06 de setembro, 16h; 12 de setembro, 19h; 13 de setembro, 16h

Ópera na Tela

A Sala Redenção, em parceria com SESC/RS, apresenta a mostra Ópera na Tela, com exibição de temporadas europeias recentes, realizadas em templos da ópera, tornando acessível a atualidade lírica mundial ao público brasileiro. Sessões com entrada franca.

AIDA (Teatro Alla Scala de Milão, Compositor: Giuseppe Verdi, Maestro: Zubin Mehta, Direção: Peter Stein, 150 min)
Sessões: 14 de setembro, 16h; 22 de setembro, 16h; 30 de setembro, 19h

O BARBEIRO DE SEVILHA (Ópera Nacional de Paris, Compositor: Gioacchino

Rossini, Maestro: Carlo Montanaro, Dir: Damiano Michieletto, 155 min)
Sessões: 15 de setembro, 16h; 22 de setembro, 19h; 23 de setembro, 16h

OS CAPULETO E OS MONTÉQUIO (Teatro La Fenice de Veneza, Compositor: Vincenzo Bellini, Maestro: Omer Meir Wellber, Direção: Arnaud Bernard, 155 min)
Sessões: 16 de setembro, 16h; 23 de setembro, 19h; 26 de setembro, 16h

A FLAUTA MÁGICA (Festival de Baden Baden, Compositor: Wolfgang Amadeus Mozart, Maestro: Sir Simon Rattle, Direção: Robert Carsen, 150 min)
Sessões: 16 de setembro, 19h; 26 de setembro, 19h; 27 de setembro, 16h

A NOIVA DO CZAR (Ópera Estatal de Berlim, Compositor: Nikolai Rimski-Korsakov, Maestro: Daniel Barenboim, Direção: Dmitri Tcherniakov, 152 min)
Sessões: 19 de setembro, 16h; 27 de setembro, 19h; 28 de setembro, 16h

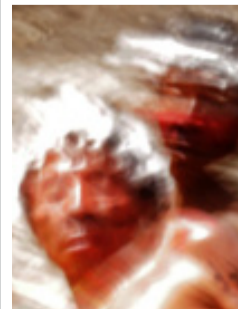
O RAPTO NO HARÉM (Ópera Nacional de Paris, Compositor: Wolfgang Amadeus Mozart, Diretor Musical: Philippe Joran, Direção: Zabou Breitman, 181 min)
Sessões: 19 de setembro, 19h; 29 de setembro, 16h; 30 de setembro, 16h



TRAVIATA E NÓS (Traviata et Nous, França, 2012, 112 min), de Philippe Béziat
Sessões: 21 de setembro, 16h; 29 de setembro, 19h

Mostra Tela Indígena

Ciclo organizado pela Sala Redenção em parceria com o Núcleo de Antropologia de Sociedades Indígenas e Tradicionais que visa divulgar a pluralidade das culturas indígenas. Após a sessão, debate com Sérgio Baptista da Silva, antropólogo e professor da UFRGS, e Augusto Canani, realizador que está rodando filme roteirizado em conjunto com o escritor indígena Papá Guarani. Sessão com entrada franca.



XAPIRI (Brasil, 2012, 54 min), de Bruce Albert, Gisela Motta, Laymert dos Santos, Leandro Lima e Stella Senra
Sessão: 14 de setembro, 19h

CineDhebate em Direitos Humanos

A série *Cinedhebate: Documentários* é um excelente meio para chamar a atenção quanto às violações cometidas aos direitos humanos e para dar visibilidade a pessoas esquecidas ou à margem da sociedade. A seleção destaca filmes mudos da década de 20, do período do segundo cinema (1916-1930). Sessão com entrada franca.

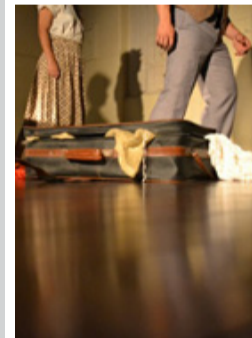


O HOMEM DAS NOVIDADES (The Cameraman, Estados Unidos, 1928, 69 min), de Edward Sedgwick e Buster Keaton
Sessão: 28 de setembro, 19h

TEATRO

O anexo secreto

(Duração: 90 min; Classificação indicativa: 14 anos) Atividade do Projeto Teatro, Pesquisa e Extensão da UFRGS, o espetáculo se baseia na obra O Diário de Anne Frank. Apresentações: nas quartas-feiras de setembro (dias 14, 21 e 28), às 12h30 e às 19h30
Local: Sala Qorpo Santo
Entrada franca



ONDE?

► **Auditorium Tasso Corrêa**
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4336

► **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo**
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4302

► **Sala Qorpo Santo**
Luiz Englert, s/ n.º, ao lado da Sala Redenção
Fone: 3308-3080

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/ n.º
Fone: 3308-3933



Meu Lugar na UFRGS

Produzindo o saber

Todos os anos acontece a mesma coisa: os envolvidos na organização do Salão UFRGS fazem uma espécie de combinação com São Pedro para que durante a semana do evento faça tempo bom. Isso para que nenhum temporal seja capaz de atrapalhar o andamento do que é esperado por todos que levam o ano inteiro trabalhando em seus projetos e veem nele a chance de compartilhar com os colegas e a comunidade os conhecimentos aprendidos. É o que conta o vice-pró-reitor de pesquisa, Bruno Cassel Neto, que integra a coordenação do salão há oito edições.

Na Pró-reitoria de Pesquisa (Propesq), o trabalho de produção do evento é intenso e começa já no momento em que o anterior acaba, como explica o servidor: “Quando acabamos um evento, fazemos avaliação e vemos quais problemas existem. O que deu certo e também o que não deu e, inclusive, o que precisamos melhorar. Já começamos a discutir o regulamento, verificar o sistema de inscrições e a arte, para que sempre no início do ano tenhamos um cronograma. A rotina da produção vai correndo simultaneamente aos outros afazeres; cada pessoa da Propesq, entre servidores e bolsistas, vai se envolvendo em alguma medida ao longo do ano”.

A iniciativa que antigamente costumava ser realizada no Câmpus Centro, há três anos deslocou-se para o Câmpus do Vale, o que para Bruno foi um desafio, visto que os envolvidos precisaram criar toda uma nova rotina de organização. Contudo, para ele, a mudança proporcionou importantes melhorias na realização do salão, como a ampliação do espaço de circulação e da quantidade de salas disponíveis para serem ocupadas - além de se adequar melhor à então recente proposta de condensar os eventos de ensino, pesquisa e extensão em um único.

Conforme Bruno, a produção do evento está mais fácil com a ajuda das tecnologias: o sistema on-line facilitou o suporte aos alunos com as inscrições, a avaliação dos trabalhos e até ajudou a sanar dúvidas sobre como devem ser feitos os

pôsteres e apresentações. Na edição de 2016 serão quase 2.700 alunos participantes, somando aproximadamente 4.000 pessoas, contando ainda orientadores, monitores e os envolvidos na parte operacional do evento. Para Cassel, ver o número de pessoas envolvidas crescer todos os anos traz muito contentamento: “Esse movimento dá muita satisfação. O Salão é um momento de intercâmbio, congregação entre as diversas áreas, sendo oportunidade de os alunos exporem seus trabalhos ao lado dos professores que os orientam. Um evento deste porte, com tantas pessoas envolvidas, exige bastante responsabilidade, por isso tentamos sempre melhorar. Não somos infalíveis, estamos sempre abertos a sugestões para poder progredir”.

O vice-pró-reitor de pesquisa faz questão de estar presente em todo o processo de organização, seja participando das reuniões, seja dando suporte aos alunos e a quem se envolva na operacionalização. “Literalmente, faço questão de colocar a mão na massa. Durante o evento, se preciso, carrego coisas e auxílio na preparação das salas de aula que serão ocupadas”, conta Bruno. Desse modo, ele vê seu lugar na Universidade como sendo uma junção de todas as ramificações do seu trabalho na Propesq, incluindo a produção do Salão UFRGS. Para ele, o momento importante que compensa todo o esforço ao longo do ano é a cerimônia de premiação: “É um momento de especial satisfação, de ver que todo o trabalho desenvolvido durante o ano culminou em uma semana que deu certo. É muito bom ver a felicidade dos que ganham e, claro, dos que mesmo não ganhando se empenharam em expor e compartilhar seus trabalhos. Sentimos, então, nesses momentos, que todo nosso trabalho vale a pena”.

Júlia Costa dos Santos,
aluna do 5.º semestre
de *Jornalismo da Fabico*

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil



Paixão pela questão social

Dezyree Rodrigues Estudante de Direito conquistou o prêmio de Jovem Pesquisador

Em 2015, no XVII Salão de Iniciação Científica da UFRGS, a vencedora do Prêmio Jovem Pesquisador na categoria Ciências Sociais foi Dezyree Rodrigues, estudante de Direito que está fazendo o sétimo e o oitavo semestres ao mesmo tempo. “Estou fazendo dois semestres juntos porque preciso terminar a faculdade um semestre antes, em quatro anos e meio, por causa da bolsa de mestrado que ganhei”, completa.

A estudante de 22 anos, gaúcha natural de Porto Alegre, quase seguiu outra área em vez do Direito: “Até o finzinho do ensino médio, eu pensava em estudar Relações Internacionais”. Para poder ter a certeza da área certa a seguir, Dezyree participou de simulações da ONU, estilo UFRGSMUN, enquanto estava no colégio: “Cheguei a participar do HMUN, que é a simulação em Harvard, e daí me apaixonei. Pensava em seguir a diplomacia”. Para seguir nessa área, ela precisava ter formação em qualquer área, e a escolha pelo Direito foi feita. Em 2013, ela entrou na UFRGS.

O caminho dos prêmios - A partir do segundo semestre da faculdade, no início de 2014, Dezyree foi selecionada para uma bolsa de Iniciação Científica e participou do Salão UFRGS, que é um dos requisitos para os bolsistas. No mesmo ano, na área da Sociologia Judiciária, apresentou

o seu trabalho, tendo como tema o racismo institucionalizado, com o seguinte título: “Estudos sobre violência policial, discriminação racial e direitos fundamentais em face dos movimentos sociais”. O resultado foi o melhor possível: conquistou o prêmio de destaque.

Para o ano seguinte, Dezyree Rodrigues continuou com a bolsa, focada na área da Sociologia Jurídica, e passou a pesquisar sobre um assunto específico que a levaria a uma grande conquista: o Prêmio UFRGS Jovem Pesquisador. A pesquisa se baseou na seguinte questão: “A falta de assistência do Estado nas áreas de maior vulnerabilidade social e econômica, como as favelas, acaba por fomentar a criminalidade entre os jovens daquela região? E também legitimar o poder dos traficantes?”. A estudante conta que muita gente a questiona sobre a forma como surgiu esse assunto para a pesquisa. Ela explica: “No início de 2015, na Vila Princesa Isabel, perto do Palácio da Polícia, o traficante Xandi, que comandava aquela região, foi morto por uma gangue rival, e a própria comunidade se organizou e fez uma homenagem póstuma”. A partir desse fato, e somado ao seu gosto por trabalhar com o direito dos vulneráveis, a estudante montou o assunto para a pesquisa. Ela percebeu que a realidade dessas comunidades é muito diferente do que é aprendido em sala de aula - tendo como exemplo a faculdade de Direito. “Os estudantes ficam muito envolvidos com as teses e as leis, e isso muito difere da realidade social brasileira”, conclui Dezyree.

O futuro - A grande vivência que está tendo dentro da universidade, somada ao envolvimento na bolsa com a área da Sociologia, faz Dezyree querer seguir uma nova carreira: ser professora. Dois motivos principais sustentam essa escolha. O primeiro é

a distância que a faculdade de Direito tem da realidade fora da sala de aula: “Percebo esse distanciamento da Universidade com a realidade e como professora eu me comprometeria a cumprir o feito de diminuir essa distância”. Já o segundo foca na questão racial: “Essa faculdade tem mais de cem anos e até hoje nós não tivemos uma professora negra; aliás, temos apenas um professor negro”. A estudante acredita que a representatividade é muito importante, até porque, nos últimos anos, muitos negros ingressaram na Universidade e se sentem oprimidos - justamente por esse processo de inclusão pelo sistema de cotas em vigor na UFRGS.

Dezyree não esconde a vontade de sempre estar difundindo a sua linha de raciocínio: “De nada vale o conhecimento se ele é guardado só pra si”. Por isso, ela frisa a importância de estar podendo levar a pesquisa que fez para um grande contingente de pessoas e acaba por dar menos destaque ao prêmio em dinheiro e à bolsa de mestrado que ganhou - provenientes do prêmio de Destaque Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica do CNPq que conquistou em 2016. A estudante tem sempre a ideia de poder levar às pessoas um pensamento mais crítico sobre os assuntos que pesquisa, mas não quer que, necessariamente, elas tenham a mesma visão dos fatos.

Atualmente, além de estar cursando dois semestres de Direito ao mesmo tempo, a estudante faz estágio no Ministério Público Federal, na área de combate à corrupção, e, mesmo não tendo mais a bolsa de Iniciação Científica, ela continua participando do grupo de pesquisa.

Lucas Mello,
aluno do 5.º semestre
de *Jornalismo da Fabico*



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história - ou a de alguém que você conheça - com esse local

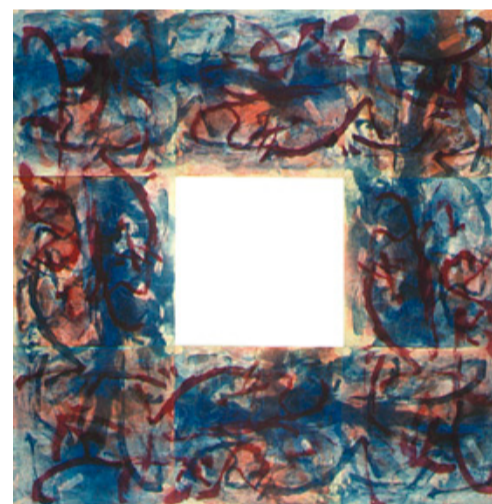


Gestos e repetições

TEXTO
MARISTELA SALVATORI

Maria Lucia Cattani

REPRODUÇÕES FOTOGRÁFICAS
NICK RANDS



A artista Maria Lucia Cattani, docente no Instituto de Artes da UFRGS de 1985 a 2013, deixou marcas profundas. Com uma obra de grande vitalidade e versatilidade, seus desenhos, gravuras, pinturas, instalações, objetos e vídeos podem ocupar espaços generosos ou demandar um olhar atento a pequenos detalhes. Seu trabalho artístico amadureceu dentro do campo da gravura. Suas obras posteriores trazem no cerne a repetição e apresentam cruzamentos de linguagens. Sempre percorrendo caminhos “Entre uma coisa e outra” (título de uma de suas pesquisas na UFRGS), obras únicas eram desdobradas em múltiplos e vice-versa, questionando certezas e dicotomias.

Jogando harmoniosamente com síntese e acúmulo, os gestos exaustivamente repetidos formavam padrões – Maria Lucia não escondia o gosto pela matemática (seu primeiro curso universitário). Nessa repetição, sempre diferenciada, muito longe do tédio, encontramos vibração, beleza e leveza.

Prata da casa, Maria Lucia graduou-se em Artes Plásticas na UFRGS antes de realizar um percurso de estudos e exposições no exterior (Master of Fine Arts pelo Pratt Institute, em Nova York, e, na Inglaterra, PhD pela Reading University e pós-doutorado na University of the Arts London). Também atuou no programa de pós-graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS desde sua criação até aposentar-se. Além de respeitável trajetória no circuito artístico brasileiro, suas obras estão em importantes coleções nacionais e estrangeiras.

Maria Lucia partiu cedo demais. Seu entusiasmo, generosidade, sorriso e energia contagiante como artista, docente, colega e amiga ficam conosco.

As imagens desta página são parte da exposição *Gestos e Repetições*, em cartaz a partir de 29 de setembro na Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes da UFRGS, com curadoria de Maristela Salvatori e Paulo Silveira.

TEXTO JACIRA CABRAL DA SILVEIRA

FOTOS FLÁVIO DUTRA



O lugar como direito social

Estudantes da UFRGS elaboraram formulário que busca viabilizar regularização fundiária da área da Vila Dique em Porto Alegre

Autogerido por professores e alunos da graduação e pós-graduação, o Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) nasceu em 2003 por demanda discente. O interesse dos estudantes era criar um espaço no qual pudessem discutir conceitos da geografia na sua relação com a questão ambiental. Não queriam, entretanto, repetir a dimensão biológica de ambiente, que enfoca os impactos na natureza. Desejavam, pois, aprofundar a abordagem desse conceito a partir do ponto de vista de sua área de estudo, que discute o ambiente na sua dimensão social.

“O importante do ponto de vista da Geografia é que se pense que os impactos na natureza promovem impactos humanos, porque, à medida que a natureza se degrada, degrada-se o homem”, aprofunda Dirce Maria Antunes Suertegaray, professora que participou da criação do Núcleo. Aposentada pelo departamento de Geografia da UFRGS, a geógrafa segue lecionando como docente convidada no programa de pós-graduação, assim como permanece colaborando com os projetos desenvolvidos pelo NEGA, que incluem

atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Essa demanda por uma discussão mais política sobre a questão ambiental está presente em todos os projetos do Núcleo junto a grupos sociais, como quilombolas, ribeirinhos e populações que vivem em periferias, em sua maioria enfrentando uma situação de conflito pela permanência em seu território. “Trabalhamos numa relação dialogada tanto na preservação ambiental quanto na preservação social, no sentido de que seja garantido a essas populações o direito de se estabelecerem nos lugares que já ocupam”, explica Cláudia Luísa

Zeferino Pires, que, em companhia de Dirce e dos professores Marcelo Argenta Câmara e Álvaro Luiz Heidrich, orienta os projetos realizados pelo NEGA. O Núcleo hoje conta com 18 alunos diretamente vinculados ao curso e outros cinco egressos que permanecem ligados à rede, mesmo fora do estado.

De acordo com as professoras, um dos preceitos teóricos que embasa as pesquisas e subsidia as práticas é o da economia ecológica associada à ecologia dos pobres, que lutam pelo espaço de suas vivências com seus recursos e na sua diversidade histórica e cultural. “É uma questão ecológica que valoriza a heterogeneidade não só ecológica, mas da natureza na relação com os povos originários”, especifica Dirce.

Para ilustrar, Cláudia cita trabalho desenvolvido em uma de suas disciplinas, que trata conceitos como os de justiça ambiental, mapeamento participativo, natureza e sociedade, a partir do olhar de comunidades. Recentemente, seus alunos elaboraram um relatório sobre a Vila Dique com a participação de representantes de movimentos sociais e da comunidade da vila, localizada na Zona Norte de Porto Alegre. Nesse relatório, que foi apresentado à Defensoria Pública do Estado, eles buscaram demonstrar a viabilidade da regularização fundiária no lugar onde a comunidade está estabelecida, desde que respeitado o seu direito à moradia. Sheila Motta, presidente da Associação dos Moradores da Vila Dique, comenta que, graças ao levantamento topográfico realizado pelos integrantes do NEGA, também está sendo encaminhado à defensoria pública o processo de usucapião do lugar.

Por encontrar-se em área de preservação permanente, Cláudia afirma que, via de regra, a ação a ser tomada seria a remoção das famílias da vila como forma de preservar o ambiente. Na abordagem do Núcleo, entretanto, o debate se dá num outro sentido: o de defender o direito social daquelas pessoas de morarem e reivindicarem seu espaço de moradia.

“Duas das questões que operamos são a articulação e o diálogo com as comunidades, debatendo com elas essa apropriação do ambiente. E nesse diálogo se instaura a necessidade de entender esse conceito a partir da justiça ambiental, onde as pessoas não sejam excluídas da natureza, mas que convivam com ela, preservando-a”, esclarece a professora Cláudia.

Para Dirce, as concepções de geografia na escola contemporânea têm proposto que o ensino dessa disciplina comece a partir do lugar de vivência, tomando este, porém, como conceito, não como local, pressupondo o reconhecimento do seu espaço cotidiano e de sua identidade. “Esse é um primeiro passo mas não é suficiente. É preciso que eu me reconheça no lugar para que, a partir daí, possa me entender no mundo”, afirma Dirce. Ou seja, para ensinar geografia hoje o professor parte do espaço próximo para depois compreender o mundo em outras dimensões e em outras escalas temporais, espaciais, etc.

Por isso, uma das atividades do NEGA é a produção do livro-conto, no qual são resgatadas as histórias das comunidades em estudo. Uma dessas publicações já está sendo utilizada em algumas escolas da Restinga, na Zona Sul de Porto Alegre, como resultado de uma das atuais iniciativas do núcleo. “Os projetos vêm se construindo em diálogo entre comunidade e universidade, valorizando a troca de saberes populares e acadêmicos, procurando romper com as fronteiras entre ambos”, conforme registro do Núcleo. “É o resgate do lugar e a compreensão, pelos professores e alunos, desse lugar”, resume Dirce.



Trilha

A Casa dos Pretos Velhos é um dos pontos principais entre os trajetos que conectam a história e o cotidiano do Quilombo dos Alpes na zona sul de Porto Alegre, onde Janja preside a asso

Todos os moradores do Quilombo dos Alpes conhecem a Janja, hoje uma das mais velhas da comunidade. Parte dessa popularidade é seu gosto por contar histórias, especialmente aquelas que remetem à trajetória de seus antepassados, tendo como ponto de partida sua avó materna, dona Edwirges Francisca Garcia. Foi lá pelos anos de 1910 e 1930 que ela, juntamente com o companheiro Antônio Ramos, deu origem ao Quilombo dos Alpes, quando chegaram ao morro da Glória, na zona sul de Porto Alegre. Janja lembra da avó contando como os pés estavam em carne viva depois da longa jornada caminhando desde a zona das charqueadas, no interior do estado, onde ela e o primeiro marido eram escravos em uma fazenda. Eles teriam vindo para escapar dos possíveis castigos por conta de Antônio ter quebrado acidentalmente as guampas de um boi. Grávida do primeiro filho, já chegando ao local onde escolheriam fixar-se, ao longo

da Rua Oscar Pereira, depararam-se com a Boca da Onça - trecho na entrada da mata que assim ficou conhecido devido à presença do temido animal. Vencidos todos os perigos da vinda, dona Edwirges e seu Antônio acamparam numa parte elevada do morro e ali construíram sua primeira casa com vassoura e taquara, abundantes na área.

Hoje, mais de cem anos depois, esse local é conhecido pelos moradores do morro como a Trilha do Capão da Vó. Conforme os registros realizados pelo Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA), são doze trilhas ao todo no quilombo, distribuídas em quatro percursos, localizadas em uma área de 58 hectares. Essas especificações resultaram de horas de conversas e entrevistas com a comunidade, percorrendo os caminhos, macerando folhas de chás nas mãos para sentir o aroma de cada uma e imergindo um pouco na cultura local. Outra trilha que Janja faz questão de mostrar é a dos Matinhos

do Tio Wilson, que até morrer era o especialista na ciência das ervas - função atualmente desempenhada pelo filho e por outros moradores, como Janja e o irmão. Tem também a trilha da Casa dos Pretos Velhos, que é visitada sem muita cerimônia, mas com respeito, ainda que as crianças menores por vezes não resistam pegar emprestado algum doce ou ovo de chocolate oferecidos aos pretos velhos em datas especiais. Ao total, são 16 marcadores territoriais (pontos de referência para a comunidade), tirando as trilhas e os percursos. Desses marcadores, fazem parte locais como a figueira, o poço, a primeira e a última casa de dona Edwirges e a sede da associação logo à entrada do quilombo - um prédio bastante simples, construído com grandes blocos de pedra, em cujas paredes externas há uma porção de vasos e potes com plantas, chás e ervas. As casas foram construídas em três locais, sendo que a maior concentração, com cerca de 60, localiza-se próximo

a uma área urbanizada externa ao quilombo. É onde também funciona a creche administrada por mulheres da comunidade. A simplicidade das moradias tem como pano de fundo uma vista privilegiada de Porto Alegre.

Continuando o caminho das trilhas, Janja comenta que a vegetação ainda é muito parecida com aquela que seus antepassados encontraram quando vieram se refugiar na capital, mas estaria mais preservada - ela ressalta - não fossem as queimadas que o local sofreu por conta das disputas de terra que ocorriam com maior frequência antes do reconhecimento como comunidade quilombola, em 2005. Quando deram início ao processo de autorreconhecimento junto ao Ministério Público e à Fundação Palmares, a moradora, que também preside a associação, relata que uma imobiliária se dizia proprietária da área e por diversas vezes tentou intimidar os moradores dos Alpes para que desistissem da regulari-

zação, chegando a usar motosserra contra suas moradias na tentativa de amedrontá-los. Além das disputas com a imobiliária quanto à posse da área, várias vezes a polícia subiu o morro obrigando-os a demolirem as casas que estavam construindo. Mas o episódio mais trágico foi o assassinato de uma irmã e um irmão de Janja - ela própria foi ferida na ocasião. O culpado está preso desde então, mas da casa onde ocorreu a matança resta apenas a santinha feita junto a uma das vertentes de água pura. É consenso na comunidade que as mortes foram encomendadas também como forma de coação.

De porte mediano, cabelos grisalhos e curtos, e muito ágil ao falar de suas origens, a quilombola passa entusiasmo e confiança de que as lutas podem ser longas e muitas, mas as conquistas fazem parte do horizonte, ainda que distante, ou não. Para provar o que deixa transparecer, mostra o canteiro de ervas e chás, diz que mais adiante estão retomando o



mas

da memória

Realidade urgente

No outono de 2013, Lara Bittencourt e alguns de seus colegas do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) tiveram o primeiro encontro com os moradores do Quilombo dos Alpes. O objetivo da reunião, segundo a estudante de bacharelado em Geografia, era dar início à coleta de informações sobre a comunidade e o território onde habitam.

O catálogo resultante dessa e de outras tantas conversas, subindo e descendo trilhas, entre perguntas e longas respostas, seria o embrião do mapa das trilhas que vieram se constituindo ao longo dos anos pelo uso do espaço. Marcadores impressos no chão batido, compondo percursos que mais tarde seriam identificados pelo estudo como sendo o da religiosidade, o da ancestralidade e memória, o da oralidade e ludicidade, e o de musicalidade, circularidade, corporeidade e cooperativismo.

Mas antes mesmo de tornar-se um registro mais conclusivo do projeto acadêmico em andamento, Lara conta que já constataram o quanto poderia ser efetivo o uso desse mapeamento. Certo dia, em pleno feriado, os moradores do Quilombo dos Alpes foram surpreendidos com a chegada de caminhões que traziam moirões e arame farpado. Muito rapidamente viram ser erguidas cercas, loteando parte da área pertencente à comunidade, numa ação visível de ocupação de terras que eram deles. Após o enfrentamento inicial, as coisas começaram a tranquilizar ao serem mostrados os documentos do reconhecimento de comunidade quilombola e o mapa das trilhas resultante do trabalho do Núcleo junto aos moradores.

“Isso foi muito colocar a coisa na prática”, avalia a estudante: “É legal eles se enxergarem, mas, além disso, é muito bom também poderem dar uma utilidade para esse material”, acrescenta. Com essa experiência, Lara diz ter aprendido a dimensão concreta de aspectos teóricos de sala de aula a respeito da delimitação de território e do quanto isso legitima um fato como a propriedade da terra dos quilombolas, em especial no Quilombo dos Alpes. Aqui, segundo Lara, está implícita a questão da identidade completamente ligada ao território.

Outros ganhos advindos da prática, de acordo com Lara, em especial no aprofundamento do cotidiano quilombola, nesse caso em estudo pelo NEGA, é a oportunidade de tirar do nível abstrato conceitos como o de ‘lugar’ e de ‘território’ relacionados ao de ‘poder’. Ela também faz referência ao aprendizado com relação à noção de imaginário: “É um conceito difícil e bastante usado na Geografia para a construção de discursos de identidade. Por exemplo: quem são os quilombolas, quem se declara quilombola, quanto isso é bem aceito e o quanto acaba sendo um problema entre eles?”.

No final das contas – confessa a futura geógrafa –, quem mais ganha é a Universidade, por meio do aprendizado de seus estudantes que atuam nas comunidades: “É uma coisa muito mais urgente do que as nossas contemplações”. No plano pessoal, Lara pretende fazer a prova para o mestrado em geografia ainda nesse ano, tendo como orientadora a professora Cláudia Luísa Zeferino Pires. Ela quer trabalhar com cartografia narrativa – “todo mapa é um texto pronunciado por alguém” – e fazer um mapa a partir de um discurso feminino de mulheres de periferia.

ciação da comunidade

plântio do pomar e frisa que tudo o que é plantado é para uso de todos. “Desde o nosso reconhecimento, a gente vem tentando construir e montar os canteiros. De vez em quando destroem, botam fogo. Queimaram nosso pomar duas vezes, mas a gente está repondo de novo.” Ela fala que é coisa criminosa na tentativa de fazer com que desistam, mas isso não passa pela cabeça de nenhuma das cerca de 100 famílias que integram o Quilombo dos Alpes, que fica no número 1.300 da Estrada dos Alpes, no bairro Cascata.

Ainda tem que montar uma pracinha, fazer uma escola para a comunidade, o que certamente se transformará em novos marcadores territoriais, conforme a terminologia empregada pelos pesquisadores do NEGA, cuja mais recente ação foi auxiliar os moradores do quilombo na montagem do projeto para concorrer ao programa de financiamento Minha Casa Minha Vida Comunidades, encaminhado em agosto.

Aluno-pesquisador

Sínthia Cristina Batista é professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pesquisadora na área de cartografia e lutas sociais. Doutorou-se na UFRGS entre os anos de 2009 e 2014, quando trabalhou com cartografia como estratégia de resistência e luta pela permanência na terra, tendo como objeto de estudo um assentamento localizado no estado de Mato Grosso. Foi durante esse período que passou a integrar o NEGA, embora já na graduação aproximara-se dos textos produzidos pela geógrafa Dirce

Maria Antunes Suertegaray, professora que participou da criação do Núcleo em 2003.

Há oito anos lecionando, Sínthia costuma levar seus alunos para realizar trabalho de campo nos assentamentos em que pesquisa, sendo que em cada disciplina procura fazer os trabalhos de cartografia ligados à questão camponesa. Os alunos matriculados na cadeira de Projetos Educativos, por exemplo, dão aula, antes mesmo do estágio, para turmas da Escola Madre Cristina, localizada no assentamento Roseli Nunes, onde moram cerca de 325 famílias

e cuja área de mais de sete mil hectares está cercada por grandes latifúndios do agronegócio. Para a professora, existe um conflito muito grande entre a teoria e a prática, mas esse distanciamento, segundo ela, vai amenizando um pouco à medida que os estudantes vão se percebendo pesquisadores: “Esse movimento da teoria e da práxis com um conteúdo político e social claro é fundamental para dar sentido ao processo de formação”, assegura.

Ao comentar as reflexões teóricas que norteiam os projetos desenvolvidos pelo NEGA, ao qual permanece ligada, Sínthia comenta a necessidade atual da retomada do conceito de ambiente dentro do núcleo. Ela mesma acaba trabalhando pouco com esse aspecto: “Naquela época, o que queríamos problematizar – e acho que não perdemos isso de vista – era o discurso ambiental cooptado pela lógica do capital com um viés de sustentabilidade que é totalmente insustentável em um modo de produção autodestrutivo, de esgotamento de todas as limitações da natureza e do trabalho humano. E isso politicamente é que fortalecia o conceito de ambiente”. Mas, independentemente das questões teóricas privilegiadas por cada pesquisador, Sínthia reconhece o papel integrador que o tema ambiente exerce sobre os estudos feitos por todos. Durante a entrevista por telefone, a geógrafa paulista demonstra que os vínculos pessoais e epistemológicos que a ligam ao Núcleo bem ao sul do Brasil permanecem muito vivos, e deixa escapar o desejo de um contato mais permanente para trocas constantes.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



Egressa da UFRGS adota em sua prática docente na Universidade Federal do Mato Grosso metodologia que aprendeu junto ao Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente

ARQUIVO ICMBIO



De Porto Alegre ao Amazonas

Viajando em embarcações amazônicas, estudantes da UFRGS entrevistam ribeirinhos para montar zoneamento da Flona de Tefé

“Pô, professor! Escrever açaí com ‘u’ não dá!” É comum reclamações como essa quando um aluno de uma escola no estado do Amazonas está sendo alfabetizado e se depara com uma cartilha cuja letra ‘u’ é ilustrada com a imagem de uma uva, fruta parecida com o açaí, esta sim muito conhecida entre os amazonenses.

Com essa cena, o analista ambiental do ICMBio Amazonas Rafael Rossato destaca a importância dos livros produzidos pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente com a colaboração da população ribeirinha da Floresta Nacional (Flona) de Tefé, município localizado a 663 km de Manaus com

uma população de 61 mil habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2012. A coletânea compreende três obras: uma de literatura infantil, outra de geografia e história da Flona de Tefé e uma terceira com atividades a serem desenvolvidas em sala de aula, todas tendo como foco a comunidade na qual o projeto é desenvolvido. A produção desse material contou com financiamento do CNPq, por meio de edital de Difusão e Popularização da Ciência.

A ideia dos livros surgiu durante a primeira etapa do projeto, que consistiu na elaboração de mapas e no zoneamento para integrar o plano de manejo da Flona

de Tefé, que é uma unidade de conservação de uso sustentável, ou seja, que permite moradores em seu interior. Esse trabalho foi desenvolvido entre os anos de 2012 e 2013, quando os pesquisadores visitaram a área em embarcações na companhia dos ribeirinhos, coletando informações sobre as histórias de vida, a natureza que envolve a comunidade e o trabalho desempenhado pelos comunitários (expressão usual entre os amazonenses).

Rafael diz que com esse mapeamento foi possível identificar, entre outras informações, os usos da terra pelos comunitários, dado importante para o zoneamento da área que foi delineada de acordo

com três categorias: zonas de preservação, que são as mais distantes; zona populacional, onde ficam os roçados; e a zona de uso geral da comunidade, a qual não pode sofrer desmatamento ou ser alvo de atividade de extração. “É uma questão de valorização da comunidade local, boa não só para a região da Flona, mas para toda a Amazônia, porque não se tem muitos registros assim. Eu não conheço nenhuma unidade de conservação que tenha uma publicação como essa”, ressalta o analista ambiental.

Francisco Darcio Falcão só vai à cidade para realizar as atividades ligadas à Associação de Produtores Agroextrativistas da

Floresta Nacional de Tefé, da qual é presidente – prefere, como os demais ribeirinhos, permanecer na comunidade. Ele conta que geralmente os comunitários recebem visitantes com um certo receio, em função da ideia ainda propalada de que eles sejam invasores da área florestal. Ressalta, no entanto, que, quando os pesquisadores do NEGA chegaram para as primeiras entrevistas e para circular pela área a fim de conhecer o local e sua população, os ribeirinhos agiram diferente, com mais confiança, por se tratarem de educadores e não de fiscais ou pessoas ligadas ao governo.

O ribeirinho avalia que as maiores conquistas obtidas através dessa parceria com a Universidade foram a tomada de consciência de muitos moradores sobre sua própria história e o fato de se reconhecerem como uma comunidade que tem direito de ocupar o local onde mora, mas que, ao mesmo tempo, deve preservá-lo. Ele lembra de um episódio ocorrido entre um rapaz que vive na Flona e seu tio que mora na cidade. Este o provocou dizendo que agora todo mundo na comunidade era agente ambiental, e o rapaz respondeu: “Meu tio, deixa eu fazer uma pergunta. Se um camarada entrar na tua casa e pegar alguma coisa, tu vais deixar? Assim é com a gente. Nós moramos aqui na Flona e, se uma pessoa de fora vem para pegar aquilo que é nosso, é lógico que a gente não vai deixar”.

Se, num primeiro momento, a demanda para a realização dos estudos do NEGA sobre a Flona partiu de um órgão gestor, a professora Dirce Maira Antunes Suertegaray, salienta que, ao longo do processo, essa demanda passou a ser da comunidade, porque agora os moradores solicitaram que se realizem oficinas para o uso do material pedagógico. Apesar da escassez de recursos, a professora assegura que já estão sendo providenciados os preparativos para a execução dessa terceira etapa do projeto que o Núcleo foi convidado a desenvolver a uma distância de mais de cinco mil quilômetros de Porto Alegre.

Núcleo apresenta projetos à comunidade universitária

Os alunos integrantes do Núcleo de Estudos Geografia e Ambientes (NEGA) participarão do XVII Salão de Extensão e do XXVIII Salão de Iniciação Científica da UFRGS, dando visibilidade a alguns dos projetos desenvolvidos a partir dos pressupostos teóricos do Núcleo.

XVII SALÃO DE EXTENSÃO

Modalidade Tertúlias

Trabalho

Memórias e espacialidades no Quilombo dos Alpes em Porto Alegre/RS

Alunas

Luisa de Antoni Bassanesi, Geografia, 6.º semestre

Merlene Santos de Moraes, Geografia, 6.º semestre

Taís Munhoz, Geografia, 6.º semestre

Orientação

Cláudia Luisa Zeferino Pires e Álvaro Luiz Heidrich

Apresentação

Dia 14, no Instituto de Letras (Prédio 42211), sala 9, das 9h às 12h

Trabalho

Tambores de Oxum: geografias e cartografias narradas

Alunos

Luciano Ubirajara Duarte Ferreira, Geografia, 5.º semestre

Winnie Ludmila Mathias Dobal, Geografia, 2.º semestre

Orientação

Cláudia Luisa Zeferino Pires e Álvaro Luiz Heidrich

Apresentação

Dia 14, no Instituto de Letras (Prédio 42211), sala 9, das 9h às 12h

Trabalho

Território e mobilização comunitária no Quilombo dos Alpes

Alunas

Lara Machado Bitencourt, Geografia, 8.º semestre

Marina Orlandi Goulart, Arquitetura, 9.º semestre

Orientação

Cláudia Luisa Zeferino Pires e Álvaro Luiz Heidrich

Apresentação

Dia 14, no Instituto de Letras (Prédio 43211), na sala 8, das 9h às 12h

XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Modalidade Apresentação Oral

Trabalho

A Natureza no livro didático para a FLONA de Tefé

Aluna

Isabel Perez Alves, Geografia, 9.º semestre

Orientação

Cláudia Luisa Zeferino Pires

Apresentação

Dia 13, no Instituto de Matemática (Prédio F – 43123), na sala 206, às 14h

